

01/11/2019

Grande Imprensa

O GLOBO - RJ

[A resistência nas universidades, em defesa da ciência](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Gestão da educação para melhorar a aprendizagem](#)

[Meninos têm chance 64% maior de repetir de ano do que meninas, diz estudo](#)

[Escola Sem Partido divulga fotos de menores para criticar suposta lavagem cerebral](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Duas escolas e uma só realidade em um jornal](#)

[Senadores já têm propostas para mudar pacote de Guedes](#)

O GLOBO - RJ

REPÚBLICA DOS TOSCOS

VALOR ECONÔMICO - SP

[Só 0,5% dos melhores alunos do Enem são de baixa renda](#)

Imprensa Estadual

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Capex diz que pagamento de bolsas está garantido este ano](#)

Agências de notícias e sites

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Capex reitera que pagamento de bolsas está garantido este ano](#)

HOJE ES

[Para Paulo Rocha, MP do FGTS pode abrir caminho para privatização da Caixa](#)

R7

[Capex reitera que pagamento de bolsas está garantido este ano](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Com universidades sem verba, cientistas bancam pesquisas sobre óleo no NE](#)

AGÊNCIA BRASIL

[CNPq premia pesquisadores por estudos sobre Indústria 4.0](#)

[Quase 800 mil candidatos ainda não sabem onde farão o Enem](#)

G1

[Justiça mantém afastada prefeita de Gurupá, no Marajó, suspeita de fraude milionária na compra de livros](#)

METRÓPOLES

[Veja as universidades do DF com maior número de devedores no Fies](#)

PORTAL EXAME

[Os cursos superiores a distância que mais ganham alunos no Brasil](#)

PORTAL ISTOÉ

[Quase 800 mil candidatos ainda não sabem onde farão o Enem](#)

[Inep responde a dúvidas de internautas sobre Enem](#)

[CNPq premia pesquisadores por estudos sobre Indústria 4.0](#)

R7

[Inep lança catálogo online das escolas de educação básica](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Inep responde a dúvidas de internautas sobre Enem](#)

[CNPq premia pesquisadores por estudos sobre Indústria 4.0](#)

[Quase 800 mil candidatos ainda não sabem onde farão o Enem](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[Capex reitera que pagamento de bolsas está garantido este ano](#)

CLIPPING



AGÊNCIA CÂMARA

[Capes e CNPq dependem de emendas parlamentares para recompor verbas em 2020](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Presidente do CNPq critica ideia de fusão com Capes: vai criar um transtorno enorme](#)

AGÊNCIA SENADO

[Projeto que abre ao mercado a captação de receitas das universidades recebe críticas em audiência pública](#)

ANDIFES

[Seminário debate papel das universidades no desenvolvimento da ciência brasileira](#)

CORREIO DO POVO - RS

[Capes diz que pagamento de bolsas está garantido este ano](#)

FOLHA DO ESTADO - SC

[Capes E CNPq Dependem De Emendas Parlamentares Para Recompor Verbas Em 2020](#)

GAZETA DO POVO – PR

[Ciência política do Brasil tem impacto global pequeno. O que dizem os pesquisadores](#)

IMIRANTE

[Uema abre inscrições para o programa Ciência é 10](#)

MONEY TIMES

[Capes diz que pagamento de bolsas está garantido este ano](#)

PORTAL ÉPOCA

[Capes diz que pagamento de bolsas está garantido este ano](#)

PORTAL EXAME

[Capes diz que pagamento de bolsas está garantido este ano](#)

PORTAL ISTOÉ

[Capes diz que pagamento de bolsas está garantido este ano](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Capes reitera que pagamento de bolsas está garantido este ano](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Três meses após apresentação do Future-se, apenas 15 instituições manifestaram interesse](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC promete Enem neutro após polêmica](#)

Imprensa Estadual

CORREIO POPULAR – SP

[Estudante deve encarar um Enem sem polêmicas](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA CÂMARA

[Comissão discute orçamento para concessão de bolsas de pesquisa](#)

MIDIAMAX

[Fundect abre seleção para cargo de diretor-presidente que atuará na gestão 2020/2022](#)

RONDONOTÍCIAS - RO

[Inscrições para o Mestrado em Direitos Humanos podem ser feitas até o dia 13](#)

VIA ALAGOAS

[Comissão discute orçamento para concessão de bolsas de pesquisa](#)

METRÓPOLES

[Enem : metade dos participantes faz prova pela primeira vez](#)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Catálogo de Escolas apresenta dados sobre instituições de ensino](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Quase metade dos participantes do Enem 2019 fará a prova pela primeira vez](#)

O GLOBO - RJ - MÍRIAM LEITÃO

A resistência nas universidades, em defesa da ciência

Governo ataca as universidades sem conhecê-las e persegue cientistas quando não gosta do resultado das pesquisas

Noventa e cinco por cento das pesquisas são feitas nas universidades e mesmo assim 18 mil bolsas da **Capes** e do CNPQ foram perdidas e as universidades são atacadas pelo governo, lembra o reitor da Unicamp, Marcelo Knobel. A cientista Mônica Lopes-Ferreira, punida por ter divulgado uma pesquisa mostrando que não há dose segura de agrotóxico, disse que a ciência pede respeito. Entrevistei os dois sobre esse tenso momento do país, em que as universidades públicas e a pesquisa científica são alvos de ataque constante.

Mas a sociedade resiste. A Unicamp fez um movimento que mobilizou oito mil pessoas no campus, para a leitura de uma moção de defesa da ciência e da universidade, que uniu alunos de graduação, pós-graduação, professores, funcionários e a reitoria:

—Foi algo inédito em 53 anos. A primeira vez que isso ocorreu, mas a ideia era mostrar para a sociedade a importância da educação pública, da ciência e da tecnologia.

Uma prova da produtividade da universidade é que o faturamento anual das “empresas filhas da Unicamp” chega a R \$7,9 bilhões, segundo divulgação recente na Agência de Inovação da Unicamp. São empresas fundadas por ex-alunos. A universidade transformou a região num polo de startups em diversas áreas. São 815 empresas que juntas criaram 35 mil empregos diretos.

— E fala-se que na universidade só tem balbúrdia e nada acontece. É um lugar que forma gente com seriedade —diz o físico Knobel.

A imunologista Mônica Lopes-Ferreira foi a responsável pelo desenvolvimento de um remédio para asma que evita os corticoides.

—Foi a partir das pesquisas que fazemos com peixes há mais de 20 anos. Num deles, encontramos uma molécula que é anti-inflamatória e cuja principal função pode ser o uso nos tratamentos contra asma. Existe já a patente em mais de 15 países, durante muito tempo trabalhamos em associação coma indústria farmacêutica brasileira e o que precisamos hoje é o investimento para que isso possa virar um medicamento —disse Mônica.

Mesmo com esse histórico, ela foi afastada por seis meses das pesquisas do Instituto Butantan sob o pretexto de que ao fazer a última pesquisa com peixes não submeteu ao comitê de ética. Ela foi à Justiça, que a reintegrou. A conclusão da pesquisa e que mesmo em doses mínimas, dez agrotóxicos testados provocam deformações ou matam os peixes.

—A ciência e a educação precisam ser respeitadas. Essa é a palavra, porque a ciência está em tudo. O que precisamos hoje é respeito, e foi isso que o movimento da Unicamp exigiu: respeito— disse Mônica.

—A verdade é que nunca, em nenhum momento da história da humanidade, algum país saiu da crise sem investir em ciência e tecnologia. Na Unicamp, temos uma história de sucesso e isso pode ser provado pelos números do faturamento e emprego das empresas filhas. Elas se conectam, há um networking acontecendo em Campinas, bem interessante. Mas isso acontece também em São Paulo, no Rio, em vários lugares do Brasil —diz Marcelo Knobel.

Hoje, segundo o reitor, praticamente 30% do orçamento da Unicamp vêm de parcerias com outras entidades, sejam empresas públicas ou privadas.

—Muita coisa é dita das universidades brasileiras sem nos conhecer. Eu atribuo (os ataques) à falta de conhecimento e ao discurso ideológico—disse Knobel.

O reitor definiu o Future-se, programa que o governo lançou, como “incerto”. Ele cria um fundo que poderia ser aproveitado para as pesquisas nas universidades, mas não se diz como o fundo vai ser constituído e como vai funcionar:

—Não se diz qual é o modelo de negócios do fundo.

Os dois disseram na entrevista que é fundamental preservar a autonomia das universidades e a liberdade de pesquisa. E é exatamente o que tem sido afetado por atos e palavras do atual governo.

— No meu caso, é porque o meu achado (contra os agrotóxicos) desagradou. É muito estranho eu ter que ir à Justiça para ter liberdade de pesquisa. Não estou brigando com o Instituto Butantan, que é um dos maiores centros de pesquisa, estou brigando pela ciência. E continuo trabalhando. Agora estou testando as águas de Brumadinho. Dado é dado, a gente não briga com dado.

Knobel fez um esforço de ajuste fiscal e a Unicamp está perto do equilíbrio orçamentário. Contudo, acha que certos cortes que o governo têm feito são ataques à universidade pública.

topo 

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Gestão da educação para melhorar a aprendizagem

Ainda há muito desperdício de recursos no Brasil

É comum se dizer que não falta dinheiro para a educação, e sim gestão. De fato, o zelo pelo bom uso de recursos ainda é insuficiente no Brasil e ainda há muito desperdício. Mas o que torna a educação mais cara é a importância de, num país com baixa atratividade da carreira docente, contar com salários mais adequados para atrair mais talento para a profissão.

Afinal, mostram as pesquisas, o elemento mais importante para assegurar educação de qualidade não é a infraestrutura nem sequer a disponibilidade de livros didáticos, conforme mostra o trio que recebeu o Prêmio Nobel de Economia deste ano, mas a

qualidade dos professores.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/11/gestao-da-educacao-para-melhorar-a-aprendizagem.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Meninos têm chance 64% maior de repetir de ano do que meninas, diz estudo
Pesquisa traz dados das redes municipais e estaduais do país; 3,5 milhões foram reprovados ou deixaram a escola em 2018

São Paulo

Meninos têm uma probabilidade 64% maior do que meninas de repetir de ano no Brasil, mostra estudo divulgado nesta quinta-feira (31) pelo Unicef (braço das Nações Unidas pela Infância) e pelo Instituto Claro.

A partir de dados das redes estaduais e municipais obtidos pelo Censo da Educação Básica, o trabalho mostra ainda a dimensão da exclusão no país: apenas em 2018, 912 mil estudantes abandonaram a escola.

Outros 2,6 milhões foram reprovados, o que corresponde a 11,3% dos alunos e 6,9% das alunas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/meninos-tem-chance-64-maior-de-repetir-de-ano-do-que-meninas-diz-estudo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Escola Sem Partido divulga fotos de menores para criticar suposta lavagem cerebral

Alunos de colégio particular em Nova Friburgo (RJ) participaram de atividade com autorização dos pais

Rio de Janeiro

"Lavagem cerebral concluída com sucesso", diz um tuíte do Escola Sem Partido publicado na segunda-feira (28). "Alunos transformados em militantes das pautas da esquerda —desarmamento, ambientalismo, causa LGBT."

À legenda somam-se fotos de estudantes, a maioria deles adolescentes, do Colégio Anchieta, instituição privada em Nova Friburgo (RJ) que pertence à Rede Jesuíta de Educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/escola-sem-partido-divulga-fotos-de-menores-para-criticar-suposta-lavagem-cerebral.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Duas escolas e uma só realidade em um jornal

Eles moram na mesma cidade, estudam no mesmo bairro, mas vivem realidades completamente diferentes. Distantes pouco mais de um quilômetro no Real Parque,

zona sul de São Paulo, os alunos das escolas Avenues, que tem uma das mais caras mensalidades da capital, e da Escola José Alcântara Machado Filho, da rede municipal, se juntaram para escrever um jornal com notícias sobre as suas realidades.

“Esse projeto conseguiu unir essas crianças, que vivem em condições tão diferentes, porque deu igualmente voz a todas elas. Os alunos da Alcântara vieram conhecer nosso prédio e nossos projetos e depois nós fomos conhecer os deles. Eles ficaram encantados com o que temos aqui e também ficaram orgulhosos de nos mostrar o que fazem”, contou Tatiana Oliveira, professora de Língua Portuguesa do 5.º ano na Avenues.

O projeto das duas escolas teve início neste ano, após os alunos da Avenues terem uma primeira experiência em 2018 criando o próprio jornal por meio de uma ferramenta do Jornal Joca – uma publicação online e impressa feita especialmente para crianças e pré-adolescentes. “Sempre achei que não adianta só ensinar as crianças a ler e a entender o que acontece no mundo, mas dar espaço para que se manifestem. Por isso, o Joca oferece às escolas uma plataforma para que criem os próprios jornais”, contou a fundadora Stephanie Habrich.

Na primeira edição do jornal da Avenues, os alunos optaram por escrever notícias sobre os projetos que desenvolvem na escola. “Neste ano, eles disseram que queriam escrever mais sobre a comunidade em que vivem, sobre a cidade. Para isso, eles precisam expandir os muros da escola”, disse Tatiana.

Foi dessa demanda dos alunos que surgiu o convite para que os estudantes da José Alcântara compartilhassem a sua visão de mundo e escrevessem juntos a nova edição. Para que o jornal pudesse ser elaborado, os estudantes trocaram visitas e fizeram oficinas de jornalismo juntos.

“Essa experiência foi muito importante para a nossa escola. Quebrou barreiras e preconceitos do lado de lá e do lado de cá. Nossos alunos são de famílias muito carentes, mas que vivem próximas de bairros ricos, com uma realidade muito distinta da deles”, contou Claudia Rodrigues, coordenadora pedagógica da escola municipal.

“Muitas vezes nossos alunos se sentem diminuídos, inferiorizados. Essa interação permitiu que eles vissem que aprendem a mesma coisa, fazem a mesma atividade que os alunos das outras escolas”, explicou a educadora. As crianças também decidiram escrever sobre os projetos que desenvolvem no colégio.

Projeto. A elaboração do jornal faz com que os estudantes se envolvam em todo o processo, desde a sugestão de pautas até a edição. Eles se dividiram em equipes, cada uma responsável por uma das etapas.

“Ensinamos a checar uma informação, a identificar fontes seguras, além da escolha de entrevistados. É um processo de alfabetização midiática que ajuda os alunos a identificar informações falsas que podem encontrar no dia a dia”, explicou Stephanie. Como toda a elaboração do jornal é em grupo, ela também destaca que o projeto ensina outras habilidades, como trabalhar em equipe, compreensão e respeito ao trabalho dos colegas.

Visão de mundo

“Sempre achei que não adianta só ensinar as crianças a ler e a entender o que acontece no mundo, mas dar espaço para que se manifestem.”

Stephanie Habrich

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Senadores já têm propostas para mudar pacote de Guedes

Kátia Abreu e José Serra saíram na frente apresentando sugestões a reformas que serão enviadas ao Congresso

BRASÍLIA

Ao contrário da reforma da Previdência, a expectativa dos parlamentares é de que haverá grandes mudanças no pacote de reformas que o ministro da Economia, Paulo Guedes, vai enviar na próxima semana ao Congresso. Em contraponto ao governo, senadores já começaram a se antecipar com propostas com os mesmos temas da agenda do governo Jair Bolsonaro.

Os senadores Kátia Abreu (PDT-TO) e José Serra (PSDBSP) saíram na dianteira. Serra (PSDB-SP) apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) fiscal que reúne alguns dos temas mais importantes da agenda de reformas do ministro Guedes, como o teto de gasto (que atrela o crescimento das despesas à inflação) e a regra de ouro (que impede o governo de se financiar para pagar gastos correntes, como salários e aluguel).

Já a senadora Kátia Abreu apresentou uma PEC para alavancar investimentos de infraestrutura, por meio dos recursos dos fundos constitucionais: FCO (Centro-Oeste), FNE (Nordeste) e FNO (Norte).

A PEC da senadora reserva, por um período de 15 anos (2020-2035), um terço dos repasses aos fundos para investimentos em transporte ferroviário, rodoviário e hidroviário, geração e transmissão de energia elétrica. Pela proposta, o dinheiro é transferido diretamente aos Estados, que tiverem os projetos aprovados por um conselho. Pelos cálculos da equipe da senadora, em 15 anos as transferências diretas, que ficam fora do teto de gastos, podem chegar a R\$ 82,57 bilhões.

“A PEC já está rodando”, diz Kátia Abreu. A senadora também vai apresentar, nos próximos dias, outra medida para a criação de uma espécie de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para a gestão de metas na área de educação. Segundo ela, a legislação vincula recursos para as áreas de saúde e educação, mas não cobra metas de resultado da aplicação dos investimentos, com penalidades, para os governantes. A proposta começa com educação, mas a ideia é estender para saúde e segurança pública.

A senadora defende a retirada dos investimentos em infraestrutura (grandes obras) do teto de gastos, mas de forma gradual para não prejudicar as contas públicas.

Teto de gastos. Já na proposta do senador Serra, o principal ponto é a retirada das despesas da Previdência do teto de gastos, abrindo um espaço de R\$ 40 bilhões. A mudança, porém, só teria validade com a aprovação de um limite para a dívida pública da União.

A retirada dos gastos com a Previdência do alcance do teto seria feita de forma

retroativa, para não abrir simplesmente um espaço de centenas de bilhões na regra e passar a impressão de que a situação das contas está resolvida. Com isso, o valor de partida do teto (fixado em 2016) seria revisto sem as despesas

Cenário

com benefícios previdenciários e atualizado com a inflação verificada desde então.

A PEC também coloca na Constituição uma autorização para União, Estados e municípios reduzirem a jornada de trabalho dos seus servidores, com adequação do salário à nova carga horária. A medida de ajuste já é prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas há maioria no Supremo Tribunal Federal (STF) para declarar sua inconstitucionalidade porque a Constituição não prevê redução de jornada, apenas demissão.

“A ideia é termos o marco fiscal mais arrumado”, diz o senador Serra. Como relator da comissão de finanças públicas da Assembleia Constituinte, Serra incluiu a fixação de um limite para a dívida federal em 1988. Limites de endividamento já existiam na Constituição desde 1967, mas só para Estados e municípios.

Para a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senadora Simone Tebet (MDB-MS), os senadores farão muitas mudanças nesse novo grupo de reformas. “Percebo que por ser uma pauta difusa, diferente da Previdência, desta vez o Senado, como a Casa que inicia o processo, vai colocar a digital da justiça social.”

“A PEC já está rodando.” Kátia Abreu (PDT-TO) SENADORA

“A ideia é termos o marco fiscal mais arrumado.”

“(A regra de ouro) está subjugada à enorme conta de juros contratadas no passado.”

José Serra (PSDB-SP) SENADOR

[topo](#)

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS REPÚBLICA DOS TOSCOS

Parafrazeando o querido Galvão Bueno, viver no país de Bolsonaro, seus filhos e o trio de ministros desvairados olavistas — Abraham Weintraub, Ernesto Araújo e Ricardo Salles — é um “teste para cardíaco”. Haja coração!

[topo](#)

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Só 0,5% dos melhores alunos do Enem são de baixa renda

Levantamento do Valor mostra que, em 2018, apenas 919 estudantes muito pobres ficaram entre os 5% mais bem colocados na principal porta de entrada para a universidade

Os 5,1 milhões de estudantes inscritos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que começa neste fim de semana iniciam um caminho que é o retrato das desigualdades do país: entre os 5% com as melhores notas no ano passado (um grupo de 171,8 mil alunos), apenas 0,5%, ou 919 pessoas, era de baixa renda, mostra levantamento do Valor a partir dos microdados do Enem 2018.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

https://www.valor.com.br/sites/default/files/infograficos/arte/2019/10/30/especial_enem/enem.html

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Capex diz que pagamento de bolsas está garantido este ano

O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Ribeiro Correia**, reiterou nesta quinta-feira (31) que o pagamento dos bolsistas da agência está garantido este ano. "A premissa para este ano é que nenhum bolsista ativo seja prejudicado", afirmou Correia, em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Segundo Correia, do orçamento deste ano da **Capex**, de R\$ 4,25 bilhões, R\$ 549 milhões ainda estão contingenciados (bloqueados). Ele informou que há uma possibilidade de novo descontingenciamento ainda em 2019.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2020 enviado ao Congresso Nacional prevê orçamento de R\$ 2,48 bilhões para a **Capex**. Correia destacou, no entanto, que o orçamento para o ano que vem ainda está em negociação e pode ser ampliado em R\$ 600 milhões pelo governo federal e em outros R\$ 600 milhões por meio de emendas parlamentares da Comissão de Educação da Câmara.

"Em função de negociações com a Economia, a Casa Civil e o Congresso, houve uma proposta de mais R\$ 600 milhões a serem adicionados a esse orçamento, que serão oficializados, segundo informação que recebi, agora nesse início de novembro. Isso deve ser enviado aqui ao Congresso", afirmou o presidente da **Capex**.

O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo, que também participou da audiência pública, disse que, para 2020, a proposta de lei orçamentária que tramita no Congresso prevê R\$ 1 bilhão para bolsas, aumento de 28% em relação à dotação de 2019.

No entanto, a verba de fomento às atividades de pesquisa caiu 87%, de R\$ 127 milhões este ano para R\$ 16,58 milhões no ano que vem. "O grande problema está no fomento em que os recursos estão bem abaixo do que o CNPq teria necessidade", afirmou Azevedo.

De acordo com o presidente do CNPq, cálculo feito pela agência aponta a necessidade de um orçamento de R\$ 1,47 bilhão para contemplar as despesas previstas para 2020.

A **Capex**, vinculada ao Ministério da Educação, e o CNPq, subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. No entanto, têm naturezas diferentes.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa feitos em instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capex** não apenas custeia bolsas de pós-graduação, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.

Agência Brasil

topo ↗

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - ÚLTIMAS

Capes reitera que pagamento de bolsas está garantido este ano

O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes), **Anderson Ribeiro Correia**, reiterou hoje (31) que o pagamento dos bolsistas da agência está garantido este ano.

“A premissa para este ano é que nenhum bolsista ativo seja prejudicado”, afirmou Correia, em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Segundo Correia, do orçamento deste ano da **Capex**, de R\$ 4,25 bilhões, R\$ 549 milhões ainda estão contingenciados (bloqueados). Ele informou que há uma possibilidade de novo descontingenciamento ainda em 2019.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2020 enviado ao Congresso Nacional prevê orçamento de R\$ 2,48 bilhões para a **Capex**. Correia destacou, no entanto, que o orçamento para o ano que vem ainda está em negociação e pode ser ampliado em R\$ 600 milhões pelo governo federal e em outros R\$ 600 milhões por meio de emendas parlamentares da Comissão de Educação da Câmara.

“Em função de negociações com a Economia, a Casa Civil e o Congresso, houve uma proposta de mais R\$ 600 milhões a serem adicionados a esse orçamento, que serão oficializados, segundo informação que recebi, agora nesse início de novembro. Isso deve ser enviado aqui ao Congresso”, afirmou o presidente da **Capex**.

CNPq

O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo, que também participou da audiência pública, disse que, para 2020, a proposta de lei orçamentária que tramita no Congresso prevê R\$ 1 bilhão para bolsas, aumento de 28% em relação à dotação de 2019.

topo ↗

HOJE ES - TEMPO REAL

Para Paulo Rocha, MP do FGTS pode abrir caminho para privatização da Caixa

O senador Paulo Rocha (PT-PA) defendeu nesta quinta-feira (31) em Plenário a valorização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e alertou para tentativas de mudanças na gestão do fundo por meio da Medida Provisória (MPV) 889/2019. Ele apresentou emendas ao texto, em discussão em uma comissão mista do Congresso, para garantir o FGTS como mecanismo de incentivo à economia. Para Paulo Rocha, o FGTS deve manter o caráter de financiamento social, tendo a Caixa Econômica Federal como gestora.

O objetivo inicial da MP é autorizar o trabalhador a sacar até R\$ 500 das contas do FGTS. A desconfiança em relação ao texto encaminhado pelo presidente Jair Bolsonaro, segundo Paulo Rocha, é de que a área econômica do governo utilize a iniciativa para enfraquecer a Caixa, pulverizando a gestão do fundo com instituições privadas e, como consequência, abra caminho para a privatização do banco.

— É uma engenharia financeira muito importante, e só quem tem esse interesse é um

banco social do estado brasileiro. Se cair num banco privado, cujo condão principal é a lucratividade, o grande lucro, através dos grandes juros, então perde a função de fundo de garantia do tempo de serviço do trabalhador — argumentou.

Leia mais: Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação será entregue nesta quarta

O FGTS foi criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho e serve como uma poupança para o beneficiário. O saque é permitido, entre outras possibilidades, em caso de aposentadoria, para tratamento de doença grave do trabalhador ou dependente e para compra da casa própria. O fundo ainda auxilia no financiamento do setor habitacional colaborando com a execução de programas sociais como o Minha Casa Minha Vida.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Capex reitera que pagamento de bolsas está garantido este ano

Parte do orçamento ainda está bloqueado, mas existe a possibilidade de ser liberado ainda neste ano. Orçamento de 2020 está em negociação

O presidente da **Capex** (**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**), **Anderson Ribeiro Correia**, reiterou nesta quinta-feira (31) que o pagamento dos bolsistas da agência está garantido este ano.

“A premissa para este ano é que nenhum bolsista ativo seja prejudicado”, afirmou Correia, em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Segundo Correia, do orçamento deste ano da **Capex**, de R\$ 4,25 bilhões, R\$ 549 milhões ainda estão contingenciados (bloqueados). Ele informou que há uma possibilidade de novo descontingenciamento ainda em 2019.

Leia mais: Nossa posição é que CNPq e **Capex** continuem separados, diz Pontes

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2020 enviado ao Congresso Nacional prevê orçamento de R\$ 2,48 bilhões para a **Capex**. Correia destacou, no entanto, que o orçamento para o ano que vem ainda está em negociação e pode ser ampliado em R\$ 600 milhões pelo governo federal e em outros R\$ 600 milhões por meio de emendas parlamentares da Comissão de Educação da Câmara.

“Em função de negociações com a Economia, a Casa Civil e o Congresso, houve uma proposta de mais R\$ 600 milhões a serem adicionados a esse orçamento, que serão oficializados, segundo informação que recebi, agora nesse início de novembro. Isso deve ser enviado aqui ao Congresso”, afirmou o presidente da **Capex**.

PublicidadeFechar anúncio

CNPq

O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo, que também participou da audiência pública, disse que, para 2020, a proposta de lei orçamentária que tramita no Congresso prevê R\$ 1 bilhão para bolsas, aumento de 28% em relação à dotação de 2019.

No entanto, a verba de fomento às atividades de pesquisa caiu 87%, de R\$ 127 milhões

este ano para R\$ 16,58 milhões no ano que vem.

“O grande problema está no fomento em que os recursos estão bem abaixo do que o CNPq teria necessidade”, afirmou Azevedo.

De acordo com o presidente do CNPq, cálculo feito pela agência aponta a necessidade de um orçamento de R\$ 1,47 bilhão para contemplar as despesas previstas para 2020.

A **Capes**, vinculada ao Ministério da Educação, e o CNPq, subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. No entanto, têm naturezas diferentes.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa feitos em instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capes** não apenas custeia bolsas de pós-graduação, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Com universidades sem verba, cientistas bancam pesquisas sobre óleo no NE
Colaboração para o UOL, em Maceió

Pesquisadores relatam dificuldades em pesquisas após cortes de verbas
Equipamentos são ultrapassados e diárias saem do bolso dos estudiosos
Eles pedem mais dinheiro e mais gente para ajudar a analisar o desastre ambiental
A chegada do óleo na costa do Nordeste, desde o dia 30 de agosto, levou a uma corrida de pesquisadores para investigar o material encontrado, a movimentação dos resíduos no mar e as consequências ambientais.

Entre as dificuldades já conhecidas em investigar o caso, são a escassez de recursos das universidades federais e o corte em bolsas e custeio de pesquisas que mais desafiam os doutores da região.

Desde setembro, o UOL acompanha o resultado de diferentes pesquisas conduzidas por instituições por todo o Brasil e que têm apontado para descobertas importantes. Todos os pesquisadores envolvidos relataram problemas causados pela falta de recursos.

Para não terem de parar as pesquisas e diante da emergência criada pelo desastre com o óleo, usam verbas de outros estudos ou bancam viagens e materiais do próprio bolso. Além disso, relatam dificuldades como a falta de insumos e equipamentos ultrapassados.

Isso, em alguns casos, tem comprometido o estudo. Os professores cobram mais bolsas e financiamento para pesquisas a fim de garantir a análise dos impactos, que serão sentidos ainda por muito tempo. Também falam sobre a necessidade de mais pessoas se engajarem nas pesquisas.

A falta de verba levou o projeto Cetáceos da Costa Branca, da UERN (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte), a fazer um pedido de doações em dinheiro, medicamentos, materiais de uso veterinário e ambulatorial ou "qualquer item que possa

ajudar". O projeto tem atuado no atendimento a animais oleados.

Segundo a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), neste ano foram cortadas 8.050 bolsas da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e 9.842 do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

"A resposta para todas essas coisas que afetam muita gente, a saúde e a condição de vida das pessoas depende muito de ciência, tanto para prevenir como para mitigar os seus impactos", diz o presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira.

Para ele, os cortes não atingem só bolsas, mas também o custeio e insumos das pesquisas. "Se você descontinua recursos da pesquisa, como foi feito por **Capes** e CNPq, certamente a médio e longo prazo vamos ter um impacto imenso. Grande parte das pesquisas sobre o óleo, sobre as queimadas na Amazônia, sobre o meio ambiente e sobre os rios é feita por alunos e professores da pós-graduação. É na pós-graduação que se produz a maior parte das pesquisas do país", afirma.

Segundo apurou o UOL, apenas um edital para financiar pesquisa sobre o óleo foi lançado, pelo governo de Pernambuco, com previsão de R\$ 2,5 milhões para financiamento total. A UFPE também anunciou ontem que irá abrir um edital específico para auxiliar ações sobre o tema.

Para Ildeu Castro, o aumento da verba por meio de editais é fundamental para pesquisar os efeitos do óleo, como já ocorreu em outros momentos de emergência.

"Minas Gerais fez isso para a situação [da tragédia] de Mariana [após o rompimento da barragem], inclusive com recursos de empresas que tiveram de pagar multas. Já tivemos editais preventivos que foram muito bem-sucedidos, como foi o caso do zika. Foi pelas pesquisas que conseguiram segurar o avanço do vírus no Brasil. Seria muito importante o governo federal e fundações de amparo se mobilizarem, e editais seria um mecanismo", relata.

Pesquisadores relatam a seguir dificuldades encontradas em universidades pelo Brasil para analisar o impacto do óleo no Nordeste. Até hoje, ainda não se sabe a causa do desastre ambiental.

Manchas de óleo atingem o Nordeste

Carlos Teixeira, doutor em oceanografia da UFC (Universidade Federal do Ceará):

"Temos zero recurso específico para isso. Estamos usando recursos de outros projetos e muitas vezes recursos próprios. Estamos tentando junto ao estado do Ceará recursos específicos para estes estudos e existe uma chance. O governo federal não sinalizou nada nem tem repassado os recursos de projetos já aprovados. A situação de financiamento a pesquisa antes desse desastre já era crítica. Se a sociedade pretende analisar os impactos deste desastre, é fundamental que a gente tenha recursos específicos. No caso do desastre de Mariana, foi feito um financiamento específico com este fim, esperamos que seja feito [igual para o óleo]."

Mauro de Melo Junior, doutor em ciências/oceanografia biológica da UFRPE

(Universidade Federal Rural de Pernambuco):

"Estamos custeando parte dessas pesquisas do próprio bolso. Só recebemos diárias para custear coletas na baía de Tamandaré por causa do projeto que está financiado pelo CNPq para estudar aquela região. Mas, para coletar outros pontos da costa, estamos tirando dos nossos bolsos, já que é algo emergencial e não tivemos tempo para solicitar nada às agências de fomento. Estamos formando grupos integrados para solicitar verba ao edital da Facepe [Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco]. Nesta semana vamos para o rio Capibaribe. Vamos custear tudo: dos potes para as amostras, aos custos de aluguel da embarcação e dos serviços do barqueiro."

Alberto Wisniewski Junior, pós-doutor em química da UFS (Universidade Federal de Sergipe):

"Nosso trabalho, neste caso, foi todo realizado empregando recursos e equipamentos para outra finalidade. Este até não é o ponto crítico, uma vez que a estrutura já existe e pode ser usada. Não vejo problemas. Com certeza o apoio para estabelecer infraestruturas com tecnologia de fronteira podem ajudar a se obter dados mais rápido e com maior confiabilidade. Não solicitamos formalmente. Estou sempre buscando apoio financeiro. Neste caso específico, estou tratando disso em outra esfera e em diversas frentes."

Para vencer a inércia, só cortando na carne: nossa ou de outros projetos, que vão ficar capengas de alguma forma.

Monica Costa, pesquisadora

Monica Costa, doutora em ciências ambientais da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco):

"O recurso financeiro vai precisar ser ampliado. O governo de Pernambuco liberou o que foi possível a esta altura do ano em um edital da Facepe. Mas, acima de tudo, precisamos de recursos humanos de todas as áreas, que vão ser muito importantes. A gente não está dando conta. Também precisamos, por exemplo, receber amostras para analisar a preços razoáveis. Estamos bancando pesquisas com nossos recursos todos os dias porque isso não estava previsto. Então, para vencer a inércia, só cortando na carne: nossa ou de outros projetos, que vão ficar capengas de alguma forma."

Emerson Soares, doutor em biotecnologia da Ufal (Universidade Federal de Alagoas):

"Recurso hoje em dia é o que a gente mais está buscando. Só um grupo nosso do laboratório escreveu sete, oito projetos neste ano. Desses, conseguimos arrecadar dinheiro de um projeto. Mas a gente tem mais projetos, que são bons, mas a dificuldade é enorme, tanto no governo federal como no governo estadual. Os editais diminuíram, embora a Fapeal [Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas] tenha algumas pequenas linhas de recursos, é menos recursos para mais gente competindo. Agora a gente está buscando um inclusive com a bancada federal, com a Fapeal e com o CNPq, para conseguirmos ter estudos nessas linhas de meio ambiente e impacto ambiental. Nós vamos precisar urgente! Estamos colocando dinheiro do próprio bolso ou de outros projetos que temos ainda resquícios [de dinheiro]. Nós trabalhamos por amor e porque

temos que dar uma resposta a sociedade."

Estamos tirando dos nossos bolsos, já que é algo emergencial.
Alberto Wisniewski Junior, pesquisador

José Carlos Seoane, doutor em geociências da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro):

"Imagens de satélite poderiam estar sendo compradas, como as do [satélite] Radarsat. Tem vários satélites desse tipo para trabalhar. A gente aqui na universidade não tem orçamento específico para isso, estamos trabalhando só com as imagens gratuitas. O meu colega Humberto [da Ufal], a mesma coisa. Não temos orçamento para nada. Absolutamente nada a mais de orçamento foi aberto, e a gente está esperançoso que os nossos colegas da Marinha, ICMBio e Ibama consigam adquirir e trabalhar essas imagens. Ficamos à disposição para que nos repassem, se quiserem compartilhar o trabalho."

Patricia Eichler, pós doutora em oceanografia biológica da Unisul (Universidade do Sul de Santa Catarina) e da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte):

"Estamos precisando de recursos tanto na parte da oceanografia como na parte da biologia --nessa parte por causa do problema agudo [com as espécies afetadas pelo óleo]. Precisamos de voluntários, dinheiro para veterinários, gente para limpar os animais. Precisa também de gente para estudar a evolução dessas manchas. Precisamos descobrir esse óleo que não chegou às praias. Onde ele está? Precisamos pesquisar o fundo marinho, o sedimento marinho. Precisamos de recursos para bolsas para pesquisadores, para doutorado, mestrado, iniciação científica, dinheiro para viagens para apresentar e discutir dados que são coletados, porque os pesquisadores internacionais são mais avançados que a gente. Precisamos de dinheiro para equipamentos, porque trabalhamos com ferramentas rudimentares para isso."

topo 

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

CNPq premia pesquisadores por estudos sobre Indústria 4.0

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entregou nesta quinta-feira (31) o Prêmio Mercosul de Ciência e Tecnologia 2018 a estudantes e pesquisadores dos países-membros ou associados ao bloco (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela). Esta edição recebeu 175 trabalhos de candidatos de nove países, e os vencedores foram do Brasil, do Uruguai e da Argentina, com estudos ligados à Indústria 4.0.

Um dos premiados foi o brasileiro Marcelo Zuffo, para quem o país precisa "sair da torre de marfim" e desenvolver ideias que "conversem" com as necessidades da sociedade.

"A ciência só tem valor se ela impacta a sociedade, em qualquer nível. Queremos revelar a possibilidade de fazer tecnologia localmente, gerando emprego, renda e riqueza", disse Zuffo. Junto com uma equipe de pesquisadores na Universidade de São Paulo (USP), ele tem desenvolvido computadores de placa única utilizando software e hardware livres. Ou seja, tecnologias abertas à reprodução e distribuição.

“Se o Produto Interno Bruto da Internet das Coisas, este ano, é US\$ 1 trilhão, a América Latina tem que ter um quinhão nessa parte. Como não temos no Brasil grandes empresas de tecnologia nesse setor, a única estratégia são tecnologias abertas e livres. É o que estamos fazendo”, afirmou o pesquisador.

O programa de Zuffo e sua equipe, batizado de Caninos Loucos, trabalha com a criação de três computadores, e o maior é um supercomputador. “É uma plataforma com 512 núcleos de processamento, 512 gigabytes de disco e 2 terabytes de disco rígido para aplicações em inteligência artificial. E tudo com tecnologias abertas”, explicou.

Segundo Zuffo, a meta é fabricar esses computadores, distribuí-los e permitir a reprodução da tecnologia. O projeto teve apoio de empresas e também arrecadou verba por meio de campanhas de financiamento coletivo. O prêmio de US\$ 10 mil recebido hoje será usado para financiar a produção de mais computadores.

“Muitos celulares usam software livre. Usam Android, e a Android tem o Kernel Linux. Foi assim que a indústria viabilizou esse tipo de plataforma. Se a gente quer viabilizar Internet das Coisas, a Indústria 4.0 nessa região do mundo, nós temos que apostar em tecnologias abertas”, enfatizou.

Integração com empresas

Outro premiado foi Thiago Ramires, que apresentou um projeto de aplicabilidade imediata. Ele desenvolveu um modelo de análise de plantações de cana-de-açúcar para identificar onde há ervas daninhas e, com isso, evitar a aplicação de herbicidas em cima da lavoura. O modelo desenvolvido por Ramires é baseado no mapeamento da plantação com o uso de um drone, que tira várias fotos. Com o uso de inteligência artificial, foi possível identificar os pontos exatos onde há erva daninha.

“Assim, conseguimos adaptar o drone para fazer pulverização local. Em vez de pulverizar o campo inteiro, [o drone] vai localmente, onde existe a invasão de erva daninha. E erva daninha você não consome. Então, o resto fica limpo, além de reduzir muito o custo”, explicou o ganhador do Prêmio Jovem Pesquisador.

A pesquisa de Ramires teve apoio da Raízen, uma gigante da produção de etanol, açúcar, combustíveis e bioenergia. A empresa já está aplicando em suas plantações o modelo desenvolvido por Ramires. Para ele, a pesquisa no Brasil ainda carece de integração entre empresas e pesquisadores.

“Essa pesquisa só foi possível porque uma empresa veio nos procurar. Então, a parte de financiamento ela custeou, e ela obteve o retorno do custo da pesquisa”, disse.

“O ponto chave é a integração. [Para iniciar uma] pesquisa você precisa de ter um problema. O problema quem tem é a empresa. A empresa leva a pesquisa para a universidade, a universidade resolve e, nessa troca, a gente pode até obter financiamento da própria empresa, em vez de pegar uma bolsa [de pesquisa], porque a própria empresa vai se beneficiar com isso”, completou.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Quase 800 mil candidatos ainda não sabem onde farão o Enem

Mais de 4,3 milhões de candidatos visualizaram o local de prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), informou hoje (31) o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O exame será aplicado nos dois próximos domingos, dias 3 e 10 de novembro, em mais de 1,7 mil municípios.

Ao todo, cerca de 5,1 milhões de candidatos estão inscritos, mas, às vésperas da aplicação das provas, 778 mil participantes ainda não sabem onde farão o exame.

O local de prova está disponível no Cartão de Confirmação da Inscrição, na página do participante e no aplicativo do Enem, que pode ser baixado nas plataformas Apple Store e Google Play.

Além do local de prova, os estudantes podem conferir, no cartão, o número da sala onde farão o exame; a opção de língua estrangeira feita durante a inscrição e o tipo de atendimento específico e especializado com recursos de acessibilidade, caso tenha sido solicitado e aprovado, entre outras informações.

Uma vez sabendo o local de aplicação, a dica é que os participantes façam o trajeto de casa até o lugar, para avaliar a duração do trajeto no dia da prova. Isso para que os estudantes conheçam o percurso e saibam o tempo que vão gastar de casa até o local da prova.

No dia do Enem, a recomendação é chegar ao local com antecedência. Os portões abrirão às 12h, pelo horário oficial de Brasília, e serão fechados às 13h.

Devido a diferenças de fuso horário no país, o Ministério da Educação (MEC) divulgou a hora local de aplicação do Enem em diferentes regiões.

Declaração de comparecimento

Quem precisa comprovar presença no dia de prova do Enem deve imprimir a declaração de comparecimento personalizada, também disponível na página do participante. De acordo com o Inep, para esses casos, é indispensável que a declaração seja impressa e entregue ao aplicador no dia do exame.

O Inep esclarece que não fornece comprovante de participação após o dia da prova. Para o primeiro dia do Enem, a declaração já está disponível. No dia 4 de novembro, dia seguinte ao primeiro domingo de aplicação do exame, o Inep disponibilizará a declaração de comparecimento do segundo domingo de provas, em 10 de novembro.

O Inep recomenda que os participantes imprimam o cartão de confirmação e, aqueles que precisam, imprimam a declaração de comparecimento e levem os dois para a aplicação do exame.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Justiça mantém afastada prefeita de Gurupá, no Marajó, suspeita de fraude milionária na compra de livros

Mais de R\$ 1 milhão teriam sido gastos, sem licitação, na compra de material didático que, na verdade, é distribuído gratuitamente pelo MEC. Secretários também foram afastados.

Por G1 PA — Belém

A Justiça do Pará manteve afastada do cargo a prefeita de Gurupá, no arquipélago do Marajó. Neucinei de Souza Fernandes (PSDB) deve ficar fora do cargo por 180 dias, alvo de uma ação de improbidade administrativa por suposta participação em esquema de fraude em processo de dispensa de licitação na compra de livros no valor de R\$ 1,28 milhão.

Segundo a denúncia do Ministério Público, o material didático comprado é distribuído gratuitamente pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e não é passível de comercialização.

A nova decisão do desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto analisou pedido de efeito suspensivo, contra a ação do Ministério Público que motivou o afastamento, e determina a intimação da investigada, caso queira apresentar defesa.

Além da prefeita, foram afastados o secretário municipal de Finanças, Macdóvel Junior Campos Alves; a secretária municipal de Educação, Sueli do Socorro Borges Palheta; e o assessor contábil da Secretaria de Finanças de Gurupá, Francisco Julian Cantidio da Silva. A decisão determinou ainda a indisponibilidade de bens no valor de R\$ 2 milhões.

Fraudes

A fraude teria sido praticada na contratação direta da Livraria Clássica, com dispensa de licitação no valor de R\$ 1,28 milhão. Para o MP a fraude na contratação direta envolveu a montagem de processo administrativo, direcionamento e favorecimento da empresa, ressaltando ainda que não houve comprovação da entrega dos livros didáticos, nem atesto da nota fiscal, a qual teria sido paga no mesmo dia de sua emissão. Destaca ainda o MP que o livro “Saberes da Terra”, objeto do contrato, é fornecido gratuitamente pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e não é passível de comercialização.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

**Veja as universidades do DF com maior número de devedores no Fies
Ao todo, são 24.205 contratos com pelo menos 90 dias de atraso, distribuídos entre 96 cursos**

Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) revelam que os estudantes do Distrito Federal devem R\$ 640 milhões junto ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Ao todo, são 24.205 contratos com pelo menos 90 dias de atraso, distribuídos entre 96 cursos de 44 instituições de ensino.

As informações foram obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) pela agência Fiquem Sabendo e analisadas pelo (M)Dados. Os números contabilizam todos os débitos de 2010 – quando a versão mais atual do programa foi lançada – até 7 de outubro de 2019.

A entidade com o maior número de devedores é a Universidade Paulista do DF (Unip). Quase 4 mil estudantes da faculdade devem R\$ 148 milhões. Logo atrás estão 2.879 alunos do IESB, com dívida de R\$ 75 milhões, e 2.039 da Faculdade Anhanguera de Brasília, com mais de R\$ 53 milhões a pagar.

As estatísticas também mostram que o curso com a maior quantidade de endividados no Distrito Federal é pedagogia, com 2.728 alunos, seguido por direito, com 2.606.

De acordo com Edson Machado Filho, reitor do IESB, as universidades não têm orientação alguma do Ministério da Educação (MEC) para o controle de inadimplência, já que o empréstimo é feito entre o estudante e o governo federal. “O nosso controle acontece, em geral, com os contratos vigentes. No nosso caso, procuramos investir em simulações de entrevistas de emprego, preparação de currículo, campos de estágio. Precisamos ir para além de dar o diploma”, disse.

Até a publicação desta reportagem, o Ministério da Educação não havia se manifestado.

Dificuldades financeiras

Após a conclusão do curso, o estudante tem 18 meses de carência antes de começar a pagar o valor devido. Nesse período, ele quitará, a cada três meses, o valor máximo de R\$ 150, referente ao pagamento de juros incidentes sobre o financiamento.

Formada em jornalismo, a moradora de Candangolândia Ana Paula Mendes, de 31 anos, conseguiu pagar o valor trimestral durante um ano e meio após a conclusão do ensino superior. No entanto, assim que precisou recompor seu orçamento, foi demitida do emprego e se viu impossibilitada de honrar o compromisso.

“Em 2016, entrei pelo Prouni [Programa Universidade para Todos] e pagava metade. Acho que na época eram R\$ 650, então eu só pagava R\$ 300. Quando concluí o segundo semestre, passei para o Fies, porque era meu pai quem pagava no início, e ele ficou sem condições. Ele é catador de material reciclável”, relatou.

Assim que se formou, Ana Paula pagava R\$ 50 a cada três meses. Na segunda metade de 2018, quando precisou pagar R\$ 150 por mês, seu contrato de um ano com a creche em que trabalhava como monitora foi encerrado. “Como sabia que iria ficar desempregada, fui lá fazer um novo contrato para tentar pagar mais à frente. Mas falaram que não tinha como, e agora consto como devedora”, lamentou.

Ana Paula Mendes, 31 anos

Também endividadas por não conseguirem pagar o Fies, as irmãs Sabrina de Brito, 25 anos, e Bruna Iara de Brito, 31, ficaram com os nomes registrados no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) como devedoras após concluírem a faculdade.

Gastrônoma, Sabrina ingressou no ensino superior em 2014 e se formou em 2017. Sem bolsa integral, ela ainda pagou uma mensalidade de R\$ 250 durante todo o curso. Agora, já graduada, a jovem não tem salário fixo para quitar a dívida.

“Quando me formei, pagava R\$ 50 a cada três meses. Mas, desde o meio do ano passado para cá, já comecei a ter dificuldade”, contou.

Atualmente, ela trabalha como confeiteira, mas depende de encomendas para juntar dinheiro ao final do mês. “Eu não tinha muita encomenda no início. Hoje, tenho que pagar R\$ 250 por mês até 2025. Até agora, só devo ter pagado três ou quatro prestações.”

Sua irmã, Bruna, passa pela mesma dificuldade. Designer de moda, ela entrou na faculdade em 2010 e concluiu o curso em 2014. Precisando pagar R\$ 95 por mês atualmente, a revisora de texto não tem salário fixo e relata que não sabe quando quitará a dívida com o programa. “No começo, eu estava pagando normal, só que tanto eu quanto a Sabrina não conseguimos emprego. Nós estamos trabalhando como autônomas, e o dinheiro não é certo. Tem mês que a gente não recebe nada, e ficou um gasto muito alto”, comentou.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Os cursos superiores a distância que mais ganham alunos no Brasil Educação a distância já representa mais de 20% das matrículas de graduação superior no Brasil

São Paulo – Pedagogia é o curso superior a distância que recebe mais novos alunos no Brasil, segundo levantamento divulgado nesta semana pelo site Quero Bolsa, com base no Censo Superior de Educação.

Na educação a distância (EAD), o número de alunos em cursos superiores passou de 2 milhões e a modalidade de ensino representa hoje 24,3% do total de matrículas de graduação, que segundo o censo superior de Educação, é de 8.450.755.

De 2017 a 2018, foi a EAD a responsável pela variação positiva no número de matrículas no ensino superior brasileiro, com alta de 27,9% no número de alunos enquanto os cursos presenciais tiveram queda de 3,7%. Na análise da última década (2008 – 2018), o número de matrículas em ensino superior a distância triplicou (196,6%) no Brasil enquanto a alta nas matrículas em cursos presenciais subiu apenas 10,6%.

Do total de alunos de cursos presenciais e a distância, 52,9% estão nas 199 universidades existentes no Brasil, onde apenas 10% das graduações são oferecidas em modalidade de EAD.

De acordo com o Censo, o típico aluno de graduação a distância faz curso de licenciatura, enquanto bacharelado é dominante entre os alunos que frequentam cursos presenciais.

Apesar do crescimento do interesse em EAD, o preenchimento das vagas oferecidas por meio de processo seletivo não chega a metade da taxa verificada para as matrículas presenciais. Em EAD o preenchimento é de 21,1% contra 45% para a cursos presenciais. Para as vagas remanescentes, as taxas de ocupação nos processos seletivos são ainda menores: 12,1% em cursos presenciais e 10% para EAD.

Em 2018, 1.236.163 estudantes deram início a graduação a distância e o levantamento do Quero Bolsa aponta os 20 cursos mais procurados, que, juntos, receberam 954.257 novas matrículas. Confira:

Curso

Número de alunos novos

Pedagogia

221.020

Administração

131.754

Ciências Contábeis

71.630

Gestão Pessoal/RH

70.005

Educação Física

51.722

Serviço Social

42.153

Educação Física (licenciatura)

37.938

Gestão de negócios

36.702

Sistemas de informação

35.461

Gestão Logística

35.106

Gestão Comercial

29.080

Marketing

26.971

Gestão Pública

26.066

Matemática (licenciatura)

23.074

Gestão Financeira

22.569

Enfermagem

22.325

História (licenciatura)

21.932

Engenharia de Produção

20.099

Português e Letras (licenciatura)

14.849

Gestão Ambiental

13.791

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Quase 800 mil candidatos ainda não sabem onde farão o Enem

Uma vez sabendo o local de aplicação, a dica é que os participantes façam o trajeto de casa até o lugar, para avaliar a duração do trajeto no dia da prova

O Dia

Brasília – Mais de 4,3 milhões de candidatos visualizaram o local de prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), informou nesta quinta-feira o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O exame será aplicado nos dois próximos domingos, dias 3 e 10 de novembro, em mais de 1,7 mil municípios.

Ao todo, cerca de 5,1 milhões de candidatos estão inscritos, mas, às vésperas da aplicação das provas, 778 mil participantes ainda não sabem onde farão o exame.

O local de prova está disponível no Cartão de Confirmação da Inscrição, na página do participante e no aplicativo do Enem, que pode ser baixado nas plataformas Apple Store e Google Play.

Além do local de prova, os estudantes podem conferir, no cartão, o número da sala onde

farão o exame; a opção de língua estrangeira feita durante a inscrição e o tipo de atendimento específico e especializado com recursos de acessibilidade, caso tenha sido solicitado e aprovado, entre outras informações.

Uma vez sabendo o local de aplicação, a dica é que os participantes façam o trajeto de casa até o lugar, para avaliar a duração do trajeto no dia da prova. Isso para que os estudantes conheçam o percurso e saibam o tempo que vão gastar de casa até o local da prova.

No dia do Enem, a recomendação é chegar ao local com antecedência. Os portões abrirão às 12h, pelo horário oficial de Brasília, e serão fechados às 13h.

Devido a diferenças de fuso horário no país, o Ministério da Educação (MEC) divulgou a hora local de aplicação do Enem em diferentes regiões.

Declaração de comparecimento

Quem precisa comprovar presença no dia de prova do Enem deve imprimir a declaração de comparecimento personalizada, também disponível na página do participante. De acordo com o Inep, para esses casos, é indispensável que a declaração seja impressa e entregue ao aplicador no dia do exame.

O Inep esclarece que não fornece comprovante de participação após o dia da prova. Para o primeiro dia do Enem, a declaração já está disponível. No dia 4 de novembro, dia seguinte ao primeiro domingo de aplicação do exame, o Inep disponibilizará a declaração de comparecimento do segundo domingo de provas, em 10 de novembro.

O Inep recomenda que os participantes imprimam o cartão de confirmação e, aqueles que precisam, imprimam a declaração de comparecimento e levem os dois para a aplicação do exame.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Inep responde a dúvidas de internautas sobre Enem

Agência Brasil

Camisa de time é permitida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o lanche não precisa estar em recipiente transparente e documento vencido pode ser apresentado no dia do exame. Essas são algumas das respostas dadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo exame, a dúvidas de internautas.

O Inep publicou hoje (31) um vídeo no qual as servidoras da autarquia Alani de Souza e Flávia Basso respondem a perguntas feitas nas redes sociais.

“Pode usar a camiseta do seu time, não tem problema. A gente sempre recomenda que você use uma roupa confortável para você fazer o exame da melhor maneira possível”, diz Flávia.

“Lanches precisam estar em embalagens transparentes? Não, não precisa, mas durante a prova há um procedimento de vistoria dos lanches pela equipe de aplicação”, esclarece Alani.

Elas ressaltam ainda que a caneta usada para responder o Enem deve ser de material transparente e tinta preta. “Não precisa de outra, usa essa que é garantia”, diz Flávia.

Outra dúvida respondida é sobre o uso de identidade vencida. Neste ano, os participantes poderão usar documentos vencidos para identificação nos dias do exame.

Esses documentos, no entanto, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), devem ser originais e conter foto. Cópias simples, autenticadas em cartório ou documentos sem foto não serão aceitos pelos aplicadores.

“Pintei o cabelo, está diferente do documento, tem problema? Não tem problema, mas se a sua fisionomia estiver diferente do documento que você apresentar no dia da aplicação, você vai ser direcionado para a sala da coordenação. Mas não se preocupa, você não vai ser impedido de fazer a prova por esse motivo”, diz Alani.

Ainda de acordo com as servidoras, mulheres que engravidaram após o período da inscrição e, por isso não solicitaram nenhum atendimento diferenciado, devem chegar mais cedo e informar o coordenador de local se necessitarem de algum auxílio.

O Enem será aplicado nos próximos domingos, 3 e 10 de novembro. Cerca de 5,1 milhões de candidatos estão inscritos no exame. Na página do Enem, na internet, [LINK: <https://enem.inep.gov.br/nodia#documents>] está disponível a lista do que pode e o que não pode ser levado para o exame. Também está disponível a lista dos documentos aceitos para a identificação dos candidatos e a relação do que pode levar a eliminação dos participantes.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

CNPq premia pesquisadores por estudos sobre Indústria 4.0

Agência Brasil

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entregou nesta quinta-feira (31) o Prêmio Mercosul de Ciência e Tecnologia 2018 a estudantes e pesquisadores dos países-membros ou associados ao bloco (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela). Esta edição recebeu 175 trabalhos de candidatos de nove países, e os vencedores foram do Brasil, do Uruguai e da Argentina, com estudos ligados à Indústria 4.0.

Um dos premiados foi o brasileiro Marcelo Zuffo, para quem o país precisa “sair da torre de marfim” e desenvolver ideias que “conversem” com as necessidades da sociedade.

“A ciência só tem valor se ela impacta a sociedade, em qualquer nível. Queremos revelar a possibilidade de fazer tecnologia localmente, gerando emprego, renda e riqueza”, disse Zuffo. Junto com uma equipe de pesquisadores na Universidade de São Paulo (USP), ele tem desenvolvido computadores de placa única utilizando software e hardware livres. Ou seja, tecnologias abertas à reprodução e distribuição.

“Se o Produto Interno Bruto da Internet das Coisas, este ano, é US\$ 1 trilhão, a América Latina tem que ter um quinhão nessa parte. Como não temos no Brasil grandes

empresas de tecnologia nesse setor, a única estratégia são tecnologias abertas e livres. É o que estamos fazendo”, afirmou o pesquisador.

O programa de Zuffo e sua equipe, batizado de Caninos Loucos, trabalha com a criação de três computadores, e o maior é um supercomputador. “É uma plataforma com 512 núcleos de processamento, 512 gigabytes de disco e 2 terabytes de disco rígido para aplicações em inteligência artificial. E tudo com tecnologias abertas”, explicou.

Segundo Zuffo, a meta é fabricar esses computadores, distribuí-los e permitir a reprodução da tecnologia. O projeto teve apoio de empresas e também arrecadou verba por meio de campanhas de financiamento coletivo. O prêmio de US\$ 10 mil recebido hoje será usado para financiar a produção de mais computadores.

“Muitos celulares usam software livre. Usam Android, e a Android tem o Kernel Linux. Foi assim que a indústria viabilizou esse tipo de plataforma. Se a gente quer viabilizar Internet das Coisas, a Indústria 4.0 nessa região do mundo, nós temos que apostar em tecnologias abertas”, enfatizou.

Integração com empresas

Outro premiado foi Thiago Ramires, que apresentou um projeto de aplicabilidade imediata. Ele desenvolveu um modelo de análise de plantações de cana-de-açúcar para identificar onde há ervas daninhas e, com isso, evitar a aplicação de herbicidas em cima da lavoura. O modelo desenvolvido por Ramires é baseado no mapeamento da plantação com o uso de um drone, que tira várias fotos. Com o uso de inteligência artificial, foi possível identificar os pontos exatos onde há erva daninha.

“Assim, conseguimos adaptar o drone para fazer pulverização local. Em vez de pulverizar o campo inteiro, [o drone] vai localmente, onde existe a invasão de erva daninha. E erva daninha você não consome. Então, o resto fica limpo, além de reduzir muito o custo”, explicou o ganhador do Prêmio Jovem Pesquisador.

A pesquisa de Ramires teve apoio da Raízen, uma gigante da produção de etanol, açúcar, combustíveis e bioenergia. A empresa já está aplicando em suas plantações o modelo desenvolvido por Ramires. Para ele, a pesquisa no Brasil ainda carece de integração entre empresas e pesquisadores.

“Essa pesquisa só foi possível porque uma empresa veio nos procurar. Então, a parte de financiamento ela custeou, e ela obteve o retorno do custo da pesquisa”, disse.

“O ponto chave é a integração. [Para iniciar uma] pesquisa você precisa de ter um problema. O problema quem tem é a empresa. A empresa leva a pesquisa para a universidade, a universidade resolve e, nessa troca, a gente pode até obter financiamento da própria empresa, em vez de pegar uma bolsa [de pesquisa], porque a própria empresa vai se beneficiar com isso”, completou.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Inep lança catálogo online das escolas de educação básica

Qualquer pessoa pode acessar a plataforma online e obter informações de mais de 226 mil escolas em todo o país

Da Agência Brasil

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) lançou na quarta-feira (30) o Catálogo de Escolas da Educação Básica com informações de mais de 226 mil escolas em todo o país. Qualquer pessoa pode acessar a plataforma e fazer buscas personalizadas.

É possível fazer pesquisas por região, cidade, rede de ensino (se privada, estadual, federal ou municipal), pelo porte da escola e pela etapa e modalidade de ensino. É possível também pesquisar por uma escola específica, fornecendo código do centro de ensino ou o nome. Os dados podem ser exportados.

A plataforma foi desenvolvida pela equipe da Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep, responsável por coletar e organizar as informações que são fornecidas ao Censo Escolar por cada instituição de ensino do país.

O Catálogo de Escolas reúne endereço, telefone e informações gerais da oferta educacional das escolas brasileiras de educação básica. Os dados, de acordo com o Inep, serão atualizados anualmente, no mês de maio, conforme o cronograma do Censo Escolar. Os dados disponíveis são do último Censo Escolar, de 2018.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Inep responde a dúvidas de internautas sobre Enem

Camisa de time é permitida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o lanche não precisa estar em recipiente transparente e documento vencido pode ser apresentado no dia do exame. Essas são algumas das respostas dadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo exame, a dúvidas de internautas.

O Inep publicou hoje (31) um vídeo no qual as servidoras da autarquia Alani de Souza e Flávia Basso respondem a perguntas feitas nas redes sociais.

"Pode usar a camiseta do seu time, não tem problema. A gente sempre recomenda que você use uma roupa confortável para você fazer o exame da melhor maneira possível", diz Flávia.

"Lanches precisam estar em embalagens transparentes? Não, não precisa, mas durante a prova há um procedimento de vistoria dos lanches pela equipe de aplicação", esclarece Alani.

Elas ressaltam ainda que a caneta usada para responder o Enem deve ser de material transparente e tinta preta. "Não precisa de outra, usa essa que é garantia", diz Flávia.

Outra dúvida respondida é sobre o uso de identidade vencida. Neste ano, os participantes poderão usar documentos vencidos para identificação nos dias do exame.

Esses documentos, no entanto, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), devem ser originais e conter foto. Cópias simples, autenticadas em cartório ou documentos sem foto não serão aceitos pelos aplicadores.

"Pintei o cabelo, está diferente do documento, tem problema? Não tem problema, mas se a sua fisionomia estiver diferente do documento que você apresentar no dia da aplicação, você vai ser direcionado para a sala da coordenação. Mas não se preocupa, você não vai ser impedido de fazer a prova por esse motivo", diz Alani.

Ainda de acordo com as servidoras, mulheres que engravidaram após o período da inscrição e, por isso não solicitaram nenhum atendimento diferenciado, devem chegar mais cedo e informar o coordenador de local se necessitarem de algum auxílio.

O Enem será aplicado nos próximos domingos, 3 e 10 de novembro. Cerca de 5,1 milhões de candidatos estão inscritos no exame. Na página do Enem, na internet, [LINK: <https://enem.inep.gov.br/nodia#documents>] está disponível a lista do que pode e o que não pode ser levado para o exame. Também está disponível a lista dos documentos aceitos para a identificação dos candidatos e a relação do que pode levar a eliminação dos participantes.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

CNPq premia pesquisadores por estudos sobre Indústria 4.0

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entregou nesta quinta-feira (31) o Prêmio Mercosul de Ciência e Tecnologia 2018 a estudantes e pesquisadores dos países-membros ou associados ao bloco (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela). Esta edição recebeu 175 trabalhos de candidatos de nove países, e os vencedores foram do Brasil, do Uruguai e da Argentina, com estudos ligados à Indústria 4.0.

Um dos premiados foi o brasileiro Marcelo Zuffo, para quem o país precisa "sair da torre de marfim" e desenvolver ideias que "conversem" com as necessidades da sociedade.

"A ciência só tem valor se ela impacta a sociedade, em qualquer nível. Queremos revelar a possibilidade de fazer tecnologia localmente, gerando emprego, renda e riqueza", disse Zuffo. Junto com uma equipe de pesquisadores na Universidade de São Paulo (USP), ele tem desenvolvido computadores de placa única utilizando software e hardware livres. Ou seja, tecnologias abertas à reprodução e distribuição.

"Se o Produto Interno Bruto da Internet das Coisas, este ano, é US\$ 1 trilhão, a América Latina tem que ter um quinhão nessa parte. Como não temos no Brasil grandes empresas de tecnologia nesse setor, a única estratégia são tecnologias abertas e livres. É o que estamos fazendo", afirmou o pesquisador.

O programa de Zuffo e sua equipe, batizado de Caninos Loucos, trabalha com a criação de três computadores, e o maior é um supercomputador. "É uma plataforma com 512 núcleos de processamento, 512 gigabytes de disco e 2 terabytes de disco rígido para aplicações em inteligência artificial. E tudo com tecnologias abertas", explicou.

Segundo Zuffo, a meta é fabricar esses computadores, distribuí-los e permitir a reprodução da tecnologia. O projeto teve apoio de empresas e também arrecadou verba por meio de campanhas de financiamento coletivo. O prêmio de US\$ 10 mil recebido hoje será usado para financiar a produção de mais computadores.

"Muitos celulares usam software livre. Usam Android, e a Android tem o Kernel Linux. Foi assim que a indústria viabilizou esse tipo de plataforma. Se a gente quer viabilizar Internet das Coisas, a Indústria 4.0 nessa região do mundo, nós temos que apostar em tecnologias abertas", enfatizou.

Integração com empresas

Outro premiado foi Thiago Ramires, que apresentou um projeto de aplicabilidade imediata. Ele desenvolveu um modelo de análise de plantações de cana-de-açúcar para identificar onde há ervas daninhas e, com isso, evitar a aplicação de herbicidas em cima da lavoura. O modelo desenvolvido por Ramires é baseado no mapeamento da plantação com o uso de um drone, que tira várias fotos. Com o uso de inteligência artificial, foi possível identificar os pontos exatos onde há erva daninha.

"Assim, conseguimos adaptar o drone para fazer pulverização local. Em vez de pulverizar o campo inteiro, [o drone] vai localmente, onde existe a invasão de erva daninha. E erva daninha você não consome. Então, o resto fica limpo, além de reduzir muito o custo", explicou o ganhador do Prêmio Jovem Pesquisador.

A pesquisa de Ramires teve apoio da Raízen, uma gigante da produção de etanol, açúcar, combustíveis e bioenergia. A empresa já está aplicando em suas plantações o modelo desenvolvido por Ramires. Para ele, a pesquisa no Brasil ainda carece de integração entre empresas e pesquisadores.

"Essa pesquisa só foi possível porque uma empresa veio nos procurar. Então, a parte de financiamento ela custeou, e ela obteve o retorno do custo da pesquisa", disse.

"O ponto chave é a integração. [Para iniciar uma] pesquisa você precisa de ter um problema. O problema quem tem é a empresa. A empresa leva a pesquisa para a universidade, a universidade resolve e, nessa troca, a gente pode até obter financiamento da própria empresa, em vez de pegar uma bolsa [de pesquisa], porque a própria empresa vai se beneficiar com isso", completou.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Quase 800 mil candidatos ainda não sabem onde farão o Enem

Mais de 4,3 milhões de candidatos visualizaram o local de prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), informou hoje (31) o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O exame será aplicado nos dois próximos domingos, dias 3 e 10 de novembro, em mais de 1,7 mil municípios.

Ao todo, cerca de 5,1 milhões de candidatos estão inscritos, mas, às vésperas da aplicação das provas, 778 mil participantes ainda não sabem onde farão o exame.

O local de prova está disponível no Cartão de Confirmação da Inscrição, na página do participante e no aplicativo do Enem, que pode ser baixado nas plataformas Apple Store e Google Play.

Além do local de prova, os estudantes podem conferir, no cartão, o número da sala onde farão o exame; a opção de língua estrangeira feita durante a inscrição e o tipo de atendimento específico e especializado com recursos de acessibilidade, caso tenha sido

solicitado e aprovado, entre outras informações.

Uma vez sabendo o local de aplicação, a dica é que os participantes façam o trajeto de casa até o lugar, para avaliar a duração do trajeto no dia da prova. Isso para que os estudantes conheçam o percurso e saibam o tempo que vão gastar de casa até o local da prova.

No dia do Enem, a recomendação é chegar ao local com antecedência. Os portões abrirão às 12h, pelo horário oficial de Brasília, e serão fechados às 13h.

Devido a diferenças de fuso horário no país, o Ministério da Educação (MEC) divulgou a hora local de aplicação do Enem em diferentes regiões.

Declaração de comparecimento

Quem precisa comprovar presença no dia de prova do Enem deve imprimir a declaração de comparecimento personalizada, também disponível na página do participante. De acordo com o Inep, para esses casos, é indispensável que a declaração seja impressa e entregue ao aplicador no dia do exame.

O Inep esclarece que não fornece comprovante de participação após o dia da prova. Para o primeiro dia do Enem, a declaração já está disponível. No dia 4 de novembro, dia seguinte ao primeiro domingo de aplicação do exame, o Inep disponibilizará a declaração de comparecimento do segundo domingo de provas, em 10 de novembro.

O Inep recomenda que os participantes imprimam o cartão de confirmação e, aqueles que precisam, imprimam a declaração de comparecimento e levem os dois para a aplicação do exame.

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Capex reitera que pagamento de bolsas está garantido este ano

O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, **Anderson Ribeiro Correia**, reiterou hoje (31) que o pagamento dos bolsistas da agência está garantido este ano.

“A premissa para este ano é que nenhum bolsista ativo seja prejudicado”, afirmou Correia, em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados.

O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, **Anderson Correia**, concede entrevista coletiva.

Segundo Correia, do orçamento deste ano da **Capex**, de R\$ 4,25 bilhões, R\$ 549 milhões ainda estão contingenciados (bloqueados). Ele informou que há uma possibilidade de novo descontingenciamento ainda em 2019.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2020 enviado ao Congresso Nacional prevê orçamento de R\$ 2,48 bilhões para a **Capex**. Correia destacou, no entanto, que o orçamento para o ano que vem ainda está em negociação e pode ser ampliado em R\$ 600 milhões pelo governo federal e em outros R\$ 600 milhões por meio de emendas parlamentares da Comissão de Educação da Câmara.

“Em função de negociações com a Economia, a Casa Civil e o Congresso, houve uma proposta de mais R\$ 600 milhões a serem adicionados a esse orçamento, que serão oficializados, segundo informação que recebi, agora nesse início de novembro. Isso deve ser enviado aqui ao Congresso”, afirmou o presidente da **Capes**.

CNPq

O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo, que também participou da audiência pública, disse que, para 2020, a proposta de lei orçamentária que tramita no Congresso prevê R\$ 1 bilhão para bolsas, aumento de 28% em relação à dotação de 2019.

O novo presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo.

No entanto, a verba de fomento às atividades de pesquisa caiu 87%, de R\$ 127 milhões este ano para R\$ 16,58 milhões no ano que vem.

“O grande problema está no fomento em que os recursos estão bem abaixo do que o CNPq teria necessidade”, afirmou Azevedo.

De acordo com o presidente do CNPq, cálculo feito pela agência aponta a necessidade de um orçamento de R\$ 1,47 bilhão para contemplar as despesas previstas para 2020.

A **Capes**, vinculada ao Ministério da Educação, e o CNPq, subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. No entanto, têm naturezas diferentes.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa feitos em instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capes** não apenas custeia bolsas de pós-graduação, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Capes e CNPq dependem de emendas parlamentares para recompor verbas em 2020

A área de ciência e tecnologia no Brasil dependerá de emendas parlamentares no valor de, pelo menos, R\$ 900 milhões para ter recursos suficientes em 2020. Essa situação foi debatida nesta quinta-feira (31) na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, com a presença de representantes do governo e especialistas.

A proposta orçamentária enviada pelo Poder Executivo destina no próximo ano cerca de R\$ 2,5 bilhões à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, responsável pela concessão de bolsas para pesquisas e formação de professores. É um corte de 40% em relação ao Orçamento aprovado em 2019.

O presidente da **Capex**, **Anderson Correia**, disse que o governo Bolsonaro deverá fazer uma recomposição de R\$ 600 milhões nas verbas, e duas emendas apresentadas pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados destinarão outros R\$ 600 milhões à instituição. Se essas medidas se efetivarem, a **Capex** terá praticamente a mesma verba a

ser empenhada neste ano (R\$ 3,7 bilhões).

Para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a proposta orçamentária prevê aumento de 6% nas verbas totais, destinando R\$ 1,06 bilhão para a instituição. No entanto, os recursos para investimentos na infraestrutura, compra de equipamentos e custeio de pesquisas poderão ter um corte de 87%, sendo reduzidos para menos de R\$ 17 milhões no próximo ano.

O presidente do CNPq, João Luiz de Azevedo, lamentou o corte nos recursos para o fomento dos centros de pesquisa. Neste ano, o setor já ficou sem recursos, devido à necessidade de remanejar o dinheiro para o pagamento de bolsas.

Para 2020, na avaliação de Azevedo, o CNPq precisaria de mais R\$ 400 milhões para todas as atividades. Uma emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara prevê R\$ 300 milhões para a instituição.

Michel Jesus/Câmara dos Deputados

Orlando Silva: o financiamento das pesquisas no País precisa de uma solução definitiva
Batalha

O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Moreira, anunciou que várias entidades pressionarão o Congresso por mais verbas. “Essas emendas para a **Capes** e o CNPq são fundamentais, vamos batalhar por elas, pois significa recompor minimamente o orçamento”, afirmou.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que propôs o debate, disse que tentará buscar soluções definitivas para a área de ciência e tecnologia. “O principal é não ficarmos com emendas fazendo remendos, mas o Parlamento tomar medidas mais estruturais, que estabilize o financiamento da pesquisa no Brasil”, afirmou.

Neste ano, com o bloqueio de recursos orçamentários em decorrência da crise fiscal, o pagamento de bolsas a pesquisadores e cientistas ficou ameaçado. Depois, com a melhora na arrecadação de impostos, o Ministério da Economia liberou parte do dinheiro. Na **Capes**, R\$ 550 milhões ainda estão bloqueados.

Impactos

O diretor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), André Biancareli, ressaltou que os bloqueios e os cortes de dinheiro revelam a baixa prioridade que o País dá para a ciência e tecnologia. Ele citou estudo de 2017 segundo o qual, para cada ponto percentual a mais no gasto em ciência e tecnologia em países desenvolvidos, a economia cresce 10% a mais.

No debate, a presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), Flávia Calé, lembrou que as bolsas são, também, a remuneração pelo trabalho dos pesquisadores e cientistas. Ela sugeriu que, diante do aumento previsto para os militares (R\$ 4,7 bilhões em 2020), o governo estude uma programação financeira que permita recompor também o valor das bolsas, sem correção desde 2013.

Reportagem – Ralph Machado

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Presidente do CNPq critica ideia de fusão com Capes: vai criar um transtorno enorme

João Luiz de Azevedo afirmou ainda que possível fusão não acrescenta em nada
BRASÍLIA - O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz de Azevedo, criticou, nesta quinta-feira, a ideia de fundir a instituição com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Segundo ele, as agências são completamente diferentes e uma fusão criaria um “transtorno enorme”.

- A postura do CNPq, que é a postura do nosso ministro, é que a fusão não acrescenta nada, a fusão não vai diminuir gastos, vai criar um transtorno enorme e que você tem duas agências que têm objetivos, missões, completamente diferentes - afirmou ele ao GLOBO.

O CNPq é ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia e a **Capes**, com o Ministério da Educação. De acordo com Azevedo, a ideia de fusão pode vir de um desconhecimento da atuação das agências.

Leia : **Capes** quer estabelecer teto de bolsas de acordo com a nota de cada programa

- Não existe sobreposição de missão, acho que isso é ou desconhecimento do que as agências fazem ou mentira de gente que está querendo trazer uma agenda que eu não sei qual é - disse.

O presidente da **Capes**, **Anderson Ribeiro Correia**, não criticou a ideia. Segundo ele, a fusão é uma decisão do governo federal que o Ministério da Educação obedeceria.

- É uma decisão do governo federal e que o MEC vai acatar. É uma decisão do governo federal em negociação com o Congresso e qualquer que seja a decisão, a gente vai trabalhar da melhor forma possível - disse Correia.

Orçamento

Para o orçamento de 2020, o presidente do CNPq afirmou que os recursos destinados ao fomento de pesquisa estão muito baixos e que o órgão ainda está analisando como vai resolver o problema. Em setembro deste ano, o pagamento de bolsas de pesquisas foram feitos depois de um remanejamento de recursos do fomento.

- O ano que vem, o valor de fomento está muito baixo, eu também não sei ainda uma resposta clara de como a gente vai trabalhar isso - disse.

O presidente, no entanto, afirmou que todas as bolsas em andamento este ano serão pagas e disse que a agência iria retomar quatro mil bolsas de iniciação científica.

- Todas as bolsas que estão em andamento estão garantidas, elas vão ser pagas e a gente, inclusive, está retomando as bolsas de iniciação científica que não tinham sido canceladas, mas a gente tinha suspenso a indicação de novos bolsistas - explicou.

Na **Capes**, o presidente conta com recursos de emendas parlamentares para completar o orçamento do próximo ano. Correia ressaltou a importância dos recursos de emendas

parlamentares para que o orçamento de em torno de R\$ 4 bilhões em 2020 seja completo.

- É importante que o Congresso aloque na integralidade as emendas parlamentares para que a gente alcance o orçamento mais próximo possível que a gente espera - disse.

Correia também disse que o provimento de novas bolsas está dentro do programa, mas que para que seja possível, é necessário fazer ajustes e parcerias.

- Está dentro do programa, mas tem que fazer alguns ajustes que a gente está trabalhando ainda e algumas outras parcerias com o setor privado, que ainda estão na pauta, para que a gente chegue aos R\$ 4 bilhões e faça sempre a renovação de todas as pessoas - afirmou.

(colaborou Paula Ferreira)

topo ↕

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Projeto que abre ao mercado a captação de receitas das universidades recebe críticas em audiência pública

O projeto de aumentar a captação na iniciativa privada dos recursos das universidades e institutos federais foi debatido nesta quinta-feira (31) na Comissão de Educação (CE) por representantes do governo e de entidades ligadas a universidades e estudantes.

Batizada pelo governo de Future-se, a proposta tem como premissas o uso direto dos recursos arrecadados na respectiva universidade ou instituto; o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação; o empreendedorismo e o estímulo à internacionalização.

Quem presidiu o debate foi o senador Jean Paul Prates (PT-RN), que, após ouvir os convidados, posicionou-se contrário ao Future-se. Para ele, apesar das mudanças já feitas ao projeto, ele continua com premissas políticas e ideológicas equivocadas.

— O MEC diz que independentemente do Future-se está mantendo a autonomia e o orçamento, ou seja, ele seria apenas uma receita extra, para abrir mais possibilidades. Mas, na verdade, estão abalroando a gestão, a autonomia, a estrutura organizacional, o regime dos servidores, a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação — criticou.

No requerimento de realização da audiência, Jean Paul lembrou que a adesão das instituições de ensino é voluntária, “mas o governo afirma que quem aderir terá mais flexibilidade para realizar despesas”. O senador também acusou o MEC de impor, sem o necessário debate, uma reforma empresarial da educação.

— A proposta fragiliza a função social das universidades e dos institutos federais de educação, mantém ameaçada a manutenção das instituições, inviabiliza o processo de democratização do acesso ao ensino superior público e abre um horizonte de incertezas para a produção científica e tecnológica.

Autonomia

O Future-se foi defendido na audiência pelo diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação do MEC. Wagner Vilas de Souza antecipou que na próxima semana o MEC já deve abrir a consulta pública e a previsão é de que

encaminhe o texto final ainda neste ano ao Congresso.

Ele afirmou que mais de 33 mil pessoas opinaram na pré-consulta e a partir das contribuições o texto passou por uma completa revisão. De acordo com Souza, uma alteração relevante foi no primeiro pilar, que previa gestão, a governança e o empreendedorismo.

— Isso incomodou os gestores, preocupados com a preservação da autonomia. Então na versão final os três pilares são: pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; empreendedorismo; e internacionalização [foram retiradas gestão e governança].

Nilton Brandão, presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifesp), reclamou que a segunda versão é apenas uma “maquiagem” da primeira, que, em suas palavras, carece de um diagnóstico da educação brasileira e de perspectiva de construção de para onde se quer chegar.

— Eles escreveram que a autonomia está garantida, deixando todos os ataques à autonomia no decorrer do texto — criticou.

Ele acusou o MEC de transformar a educação em mercadoria “a ser comprada em prateleira de mercado”. Brandão reclamou que o projeto prevê a contratação de professores não mais por concurso, e sim pelas regras de mercado. Para ele, é o fim do tripé ensino, pesquisa e extensão. Além de ser, segundo ele, “um projeto de educação que não fala de educação, porque foi pensado por economistas para o setor produtivo”.

— O nome não devia ser future-se, deveria ser fature-se. Que futuro é esse que não fala dos desafios, expansão, pesquisa, aumento de vagas para acolher a sociedade educativa, assistência e permanência de estudantes, bolsas para capacitar e formar professores?

Orçamento

Pelo projeto, as receitas do fundo patrimonial do Future-se vêm de doações, investimento, locação ou alienação de bens ou deixados em testamento, contribuições associativas e doações, entre outras fontes. O representante do MEC também frisou que o texto (art. 25) deixa muito claro que as receitas vindas do projeto são adicionais, ou seja, não substituem as dotações orçamentárias regulares previstos na Constituição (art. 212) e na Lei 9394/1996 (art. 55).

O Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão, refutou a alegação de que o projeto não tira o que já está garantido para a universidade. Na prática, segundo ele, a redução em 18% do orçamento do MEC para o ano que vem e em quase 50% o da **Capes** sinaliza que as universidades terão de buscar recursos por fora caso o Orçamento de 2020 seja aprovado como está. Montalvão reclamou que o projeto, em vez de cunho pedagógico, mostra um viés mercadológico.

— A universidade não é um gasto, ela é um investimento para a sociedade. É a universidade que vai tirar o Brasil dessa dependência de vender commodities e exportar tecnologia.

Para o presidente da Une, o projeto pressiona as universidades induzindo-as pelo viés

do desempenho e da premiação.

— Caso determinadas universidades não cumpram ou não assinem o contrato do Future-se, perderão financiamento, investimento e a valorização.

Privatização

A explicação do MEC também não convenceu a senadora Zenaide Maia (Pros-RN), para quem o objetivo do Future-se é tirar os investimentos e desidratar as universidades pela falta de dinheiro.

— A educação sofre, perde qualidade, aí depois é só privatizar – que é o que realmente eles querem. Privatizar universidades que ganham prêmios internacionais, institutos federais que dão ensino médio de qualidade. É um projeto bilionário para destruir o ensino médio e o ensino superior gratuito - desabafou.

Carlos Lobão, coordenador do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), também reclamou de a proposta descaracterizar a dedicação exclusiva dos professores. Para ele, o Future-se modifica a destinação dos hospitais universitários e subordina as pesquisas ao interesse do mercado, além de ampliar a competição entre professores e alunos.

— O projeto quer dar um choque de neoliberalismo nas instituições federais de ensino superior para destruir o que chamam de reduto de esquerda, acabando com as carreiras dos servidores, com a política de reparos sociais, e ainda desresponsabiliza o estado com a educação.

Doações

O vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Edward Brasil, falando sobre a autonomia financeira, apontou que, mais do que um projeto como o Future-se, é preciso adequar a legislação. O recebimento de doações, hoje vedado, e o uso da receita própria foram alguns dos pontos citados por ele:

— A Universidade arrecada, consegue recurso adicional, mas esse recurso é restringido pelo teto dos gastos.

Para Edward Brasil, o grande impedimento do setor está na Emenda Constitucional 95 (Novo Regime Fiscal), porque ela impede que o financiamento das universidades seja adequado às complexidades desse segmento. Outro entrave seria a falta de cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente a meta 20, que prevê a expansão do financiamento público em educação pública para 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

topo ↕

ANDIFES - TEMPO REAL

Seminário debate papel das universidades no desenvolvimento da ciência brasileira

Durante a manhã dessa quarta-feira (30), o vice-presidente da Andifes, reitor Edward Madureira (UFG), tratou sobre a importância das universidades federais para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, da educação e do conhecimento em seminário realizado pelas Comissões de Ciência e Tecnologia e de Educação da Câmara dos Deputados.

Ao apresentar um panorama do Sistema de Universidades Federais, o reitor lembrou que, “embora as universidades brasileiras sejam ainda jovens, elas vêm crescendo de forma extraordinária, com pesquisas e soluções igualmente extraordinárias”.

Edward destacou que “investir em ciência, é investir num projeto de desenvolvimento do País, e, mais do que investir recursos financeiros, é necessário criar a cultura de diálogo entre setores”.

O reitor afirmou que todo o setor científico está apreensivo com a falta de investimento na área. “Os resultados da falta de investimentos serão vistos a longo prazo, com pesquisas que estão sendo paralisadas, outras que não estão sendo sequer iniciadas e que irá se refletir em outras questões. O que irá motivar o empresário ou o pesquisador, por exemplo, se ele não tiver garantia de que haverá investimento público na ciência e na tecnologia?”

Ao agradecer a participação do reitor na audiência, a autora do pedido para realização do seminário, deputada Margarida Salomão (PT-MG), defendeu que se mantenha “um intenso diálogo por parte do parlamento, da sociedade civil e do governo federal” em defesa das universidades federais e da ciência brasileira.

Além do vice-presidente da Andifes, participaram do seminário a vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Fernanda Antônia da Fonseca Sobral e o representante do Comitê Executivo do Observatório do Conhecimento, Carlos Alberto Marques.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - TEMPO REAL

**Capex diz que pagamento de bolsas está garantido este ano
Conforme presidente da pasta, há a possibilidade de um novo
descontingenciamento ainda em 2019**

O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, **Anderson Ribeiro Correia**, reiterou, nesta quinta-feira, que o pagamento dos bolsistas da agência está garantido este ano. "A premissa para este ano é que nenhum bolsista ativo seja prejudicado", afirmou Correia, em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Segundo Correia, do orçamento deste ano da **Capex**, de R\$ 4,25 bilhões, R\$ 549 milhões ainda estão contingenciados (bloqueados). Ele informou que há uma possibilidade de novo descontingenciamento ainda em 2019. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2020 enviado ao Congresso Nacional prevê orçamento de R\$ 2,48 bilhões para a **Capex**.

Correia destacou, no entanto, que o orçamento para o ano que vem ainda está em negociação e pode ser ampliado em R\$ 600 milhões pelo governo federal e em outros R\$ 600 milhões por meio de emendas parlamentares da Comissão de Educação da Câmara. "Em função de negociações com a Economia, a Casa Civil e o Congresso, houve uma proposta de mais R\$ 600 milhões a serem adicionados a esse orçamento, que serão oficializados, segundo informação que recebi, agora nesse início de novembro. Isso deve ser enviado aqui ao Congresso", afirmou o presidente da **Capex**.

CNPq

O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo, que também participou da audiência pública, disse que, para 2020, a proposta de lei orçamentária que tramita no Congresso prevê R\$ 1 bilhão para bolsas, aumento de 28% em relação à dotação de 2019.

No entanto, a verba de fomento às atividades de pesquisa caiu 87%, de R\$ 127 milhões este ano para R\$ 16,58 milhões no ano que vem. "O grande problema está no fomento em que os recursos estão bem abaixo do que o CNPq teria necessidade", afirmou Azevedo.

De acordo com o presidente do CNPq, cálculo feito pela agência aponta a necessidade de um orçamento de R\$ 1,47 bilhão para contemplar as despesas previstas para 2020. A **Capes**, vinculada ao Ministério da Educação, e o CNPq, subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. No entanto, têm naturezas diferentes. O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa feitos em instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capes** não apenas custeia bolsas de pós-graduação, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.

topo ↕

FOLHA DO ESTADO - SC - TEMPO REAL

Capex E CNPq Dependem De Emendas Parlamentares Para Recompôr Verbas Em 2020

A área de ciência e tecnologia no Brasil dependerá de emendas parlamentares no valor de, pelo menos, R\$ 900 milhões para ter recursos suficientes em 2020. Essa situação foi debatida nesta quinta-feira (31) na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, com a presença de representantes do governo e especialistas.

A proposta orçamentária enviada pelo Poder Executivo destina no próximo ano cerca de R\$ 2,5 bilhões à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, responsável pela concessão de bolsas para pesquisas e formação de professores. É um corte de 40% em relação ao Orçamento aprovado em 2019.

O presidente da **Capex**, **Anderson Correia**, disse que o governo Bolsonaro deverá fazer uma recomposição de R\$ 600 milhões nas verbas, e duas emendas apresentadas pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados destinarão outros R\$ 600 milhões à instituição. Se essas medidas se efetivarem, a **Capex** terá praticamente a mesma verba a ser empenhada neste ano (R\$ 3,7 bilhões).

Para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a proposta orçamentária prevê aumento de 6% nas verbas totais, destinando R\$ 1,06 bilhão para a instituição. No entanto, os recursos para investimentos na infraestrutura, compra de equipamentos e custeio de pesquisas poderão ter um corte de 87%, sendo reduzidos para menos de R\$ 17 milhões no próximo ano.

O presidente do CNPq, João Luiz de Azevedo, lamentou o corte nos recursos para o fomento dos centros de pesquisa. Neste ano, o setor já ficou sem recursos, devido à necessidade de remanejar o dinheiro para o pagamento de bolsas.

Para 2020, na avaliação de Azevedo, o CNPq precisaria de mais R\$ 400 milhões para todas as atividades. Uma emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara prevê R\$ 300 milhões para a instituição.

Michel Jesus/Câmara dos Deputados

Orlando Silva: o financiamento das pesquisas no País precisa de uma solução definitiva
Batalha

O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Moreira, anunciou que várias entidades pressionarão o Congresso por mais verbas. “Essas emendas para a **Capes** e o CNPq são fundamentais, vamos batalhar por elas, pois significa recompor minimamente o orçamento”, afirmou.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que propôs o debate, disse que tentará buscar soluções definitivas para a área de ciência e tecnologia. “O principal é não ficarmos com emendas fazendo remendos, mas o Parlamento tomar medidas mais estruturais, que estabilize o financiamento da pesquisa no Brasil”, afirmou.

Neste ano, com o bloqueio de recursos orçamentários em decorrência da crise fiscal, o pagamento de bolsas a pesquisadores e cientistas ficou ameaçado. Depois, com a melhora na arrecadação de impostos, o Ministério da Economia liberou parte do dinheiro. Na **Capes**, R\$ 550 milhões ainda estão bloqueados.

Impactos

O diretor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), André Biancareli, ressaltou que os bloqueios e os cortes de dinheiro revelam a baixa prioridade que o País dá para a ciência e tecnologia. Ele citou estudo de 2017 segundo o qual, para cada ponto percentual a mais no gasto em ciência e tecnologia em países desenvolvidos, a economia cresce 10% a mais.

No debate, a presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), Flávia Calé, lembrou que as bolsas são, também, a remuneração pelo trabalho dos pesquisadores e cientistas. Ela sugeriu que, diante do aumento previsto para os militares (R\$ 4,7 bilhões em 2020), o governo estude uma programação financeira que permita recompor também o valor das bolsas, sem correção desde 2013.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

Ciência política do Brasil tem impacto global pequeno. O que dizem os pesquisadores

Revistas de ciência política do Brasil tiveram apenas 0,38 citações em 2017, ficando na posição 29 entre 31 países com pelo menos 100 publicações. Revistas de ciência política do Brasil tiveram apenas 0,38 citações em 2017, ficando na posição 29 entre 31 países com pelo menos 100 publicações. | Foto: Reprodução do Scimago Journal & Country Rank.

Em termos de quantidade, a produção acadêmica nacional em ciência política é expressiva: o Brasil está em 13º lugar. Mas, em termos de qualidade, entre os 31 países com pelo menos 100 publicações, o Brasil estava em antepenúltimo, em 2017. As publicações brasileiras têm apenas 16,6% do impacto das produzidas na Suíça, a líder do ranking.

O cálculo é do professor da Universidade de Brasília Marcelo Hermes, que há meses vem produzindo uma sequência de estudos a respeito da relevância internacional da produção acadêmica brasileira. O professor baseia sua análise nas listas comparativas produzidas pela Scimago Institutions Rankings, que indexa dados do Scopus, a maior plataforma que reúne dados científicos de todo o mundo.

Ao pesquisar por área, o professor percebeu que o país conta com apenas 0,38 citações por documento, contra 2,29 dos suíços. O Brasil está à frente apenas da Índia e da Argentina, e atrás de países como a República Tcheca, a Turquia e a África do Sul. “São revistas com impacto muito baixo, na comparação com as melhores do mundo. O impacto é 16 vezes menor do que a média dos países mais bem colocados”, afirma Marcelo Hermes.

Por que a produção acadêmica nacional na área não é internacionalmente relevante? Esse é um problema comum às áreas de Humanas. Em direito, por exemplo, existem quase 2 mil revistas, e apenas oito são citadas pela Scimago. No caso específico da ciência política, qual seria a explicação para a baixa repercussão?

Falta de método

“Falta os alunos entenderem que ciência política é uma ciência, não é só descrição de alguma coisa. Precisa apresentar uma pesquisa científica de fato”, afirma Flávia Roberta Babireski, doutoranda e mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná, pesquisadora do laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários e editora-chefe da Revista Eletrônica de Ciência Política, que reúne artigos de alunos de pós-graduação.

Outro problema, ela aponta, é a falta de atualização na bibliografia utilizada. “Os alunos em geral não leem revistas acadêmicas, muito menos do exterior. Existe uma resistência a olhar para os hábitos do exterior sem preconceito. Há uma rejeição preconceituosa do método científico, um pensamento anticientífico, antiamericano”. O resultado, diz ela, é uma defasagem na ciência política produzida no país. “Estamos muito atrasados. As pessoas de humanas não gostam de método científico no Brasil”.

“A edição de periódicos científicos no Brasil precisa ser profissionalizada. Ela é realizada por professores voluntários, que precisam conciliar essa com suas outras atividades. E quem publica são as universidades, e não editoras. O orçamento é muito pequeno”, afirma o cientista político Adriano Codato, que tem graduação, mestrado e doutorado na área, sempre pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professor associado na Universidade Federal do Paraná (UFPR), além de editor há 25 anos da Revista de Sociologia e Política e coordenador adjunto de Ciência Política e Relações Internacionais da **Capes**.

No entanto, diz o professor, quatro revistas brasileiras da área estão entre as cinco melhores da América Latina. O total de artigos publicados em coautoria (que tradicionalmente são mais citados) também vem crescendo, segundo Adriano Codato. Em 1999, 5,6% dos artigos da área eram produzidos em coautoria. Em 2016, eram 57,7%.

“Não vamos tão mal, se compararmos com os países da América Latina, ou mesmo a

França ou a Alemanha. O que não dá é comparar com os Estados Unidos, onde a edição é profissional, o idioma é universal e a cultura de citações é mais antiga”, diz Codato.

Por que não publicar, no Brasil, artigos em inglês?

“Com quem você quer conversar? Se você é financiado pelo governo brasileiro, quer conversar com o leitor brasileiro”.

Divulgação de pesquisas

Com 30 anos de carreira, graduação em direito e mestrado e doutorado em ciência política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rodrigo Stumpf González, editor da Revista Debates, pontua que a publicação pode ter outros objetivos além de receber citações.

“Não estamos preocupados em aumentar nossa posição em algum ranking internacional. Nossa principal tarefa é divulgar a produção para a população leiga, mas interessada. Nossa tarefa não é de apenas pesquisa abstrata, criar teorias, discutir o passado, mas sim de debater nosso tema atual”.

A revista Debates é focada na divulgação de resultados de pesquisas, voltadas para temas da América Latina. “A finalidade principal da revista é divulgar o que se está produzindo de novo em termos de pesquisa no continente”, afirma González.

O professor explica que a revista é produzida de forma voluntária. Diferentemente de outras áreas, como medicina, quem submete o artigo não paga nenhuma taxa, e quem aceita fazer a revisão também atua de forma voluntária.

“Muitas vezes precisamos convidar 60, 70 pesquisadores para chegar às 20 pessoas necessárias para fazer o parecer para os 10 artigos que publicamos por edição”, comenta ele – são dois especialistas fazendo a revisão cega para cada artigo. “Publicamos três edições por ano, o que significa que nosso prazo é menor do que o da produção de um livro, o que facilita que temas que sejam relevantes no momento possam ser rapidamente divulgados”.

Mudanças na avaliação

A discussão sobre a relevância da produção acadêmica foi um dos fatores que estimulou a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** a planejar um aprimoramento na forma como avalia as revistas acadêmicas e os cursos de pós-graduação.

Caso as citações por revistas estrangeiras passem a ter maior peso, a avaliação dos cursos de pós-graduação poderia cair – lembrando que os cursos mais bem avaliados recebem mais dinheiro do governo. A medida poderia evitar um problema real em alguns casos: o fato de que revistas acadêmicas sejam superavaliadas pelo comitê responsável ao fazer a análise da qualidade, o que injeta pontos de forma artificial nos cursos de mestrado e doutorado.

“Há muito tempo o Qualis [o sistema oficial de classificação da produção científica brasileira] vem sendo discutido, porque até então cada área definia seus critérios para classificar um periódico. Às vezes adotava um critério de aderência à área, e não

baseado tanto na qualidade, e isso gerava distorções”, explica Talita de Oliveira, Coordenadora Geral de Atividades de Apoio à Pós-graduação da **Capes**. “O Qualis tem essa distorção, porque foi utilizado para avaliar programas, mas muitas instituições utilizam o Qualis para a promoção do pesquisador dentro da universidade”.

As mudanças vão funcionar para a próxima avaliação quadrienal, que acontece em 2021. Elas tendem a retirar as revistas de uma situação de comodismo entre as revistas da área de humanas, afirma Talita de Oliveira. “Como o critério de internacionalização não contava tanto, muitas revistas ficaram acomodadas e não se preocuparam de publicar em inglês”.

topo ↕

IMIRANTE - TEMPO REAL

Uema abre inscrições para o programa Ciência é 10

A expectativa é que 450 professores do ensino fundamental da rede pública sejam beneficiados com a formação especial.

SÃO LUÍS - A Universidade Estadual do Maranhão (Uema), por meio do núcleo de tecnologias para educação (Uemanet), está com as inscrições abertas para o programa Ciência é 10. A pós-graduação lato sensu é voltada para professores da rede pública que atuam no ensino de ciências do 6º ao 9º ano do Fundamental.

Iniciativa da **Capes** e integrante do programa Ciência na Escola, do MEC, MCTIC e CNPq, o programa tem como objetivo trazer para a sala de aula e demais espaços de aprendizagem uma metodologia mais dinâmica, criativa e que desperte a curiosidade das crianças. Para tanto, o curso é organizado em torno de grandes temas integradores, ao invés de disciplinas convencionais, o que estimula que os próprios participantes saiam de sua zona de conforto.

Como uma das protagonistas quando o assunto é educação a distância, a Uema é a instituição com maior número de vagas em todo o Brasil. Ao todo, a universidade oferece 450 vagas, distribuídas para professores dos municípios de São Luís, Bom Jesus das Selvas, Carolina, Caxias, Coelho Neto, Fortaleza dos Nogueiras, Grajaú, Imperatriz, Loreto, Paraibano, Porto Franco, Santa Inês e Viana.

As inscrições se estendem até 8 de novembro e o edital completo pode ser conferido no link: <http://www.uemanet.uema.br/?p=3335>. Mais informações pelo e-mail contato@uemanet.uema.br.

topo ↕

MONEY TIMES - TEMPO REAL

Capex diz que pagamento de bolsas está garantido este ano

O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capex), **Anderson Ribeiro Correia**, reiterou hoje (31) que o pagamento dos bolsistas da agência está garantido este ano.

“A premissa para este ano é que nenhum bolsista ativo seja prejudicado”, afirmou Correia, em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Segundo Correia, do orçamento deste ano da **Capex**, de R\$ 4,25 bilhões, R\$ 549 milhões ainda estão contingenciados (bloqueados). Ele informou que há uma possibilidade de novo descontingenciamento ainda em 2019.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2020 enviado ao Congresso Nacional prevê orçamento de R\$ 2,48 bilhões para a **Capes**. Correia destacou, no entanto, que o orçamento para o ano que vem ainda está em negociação e pode ser ampliado em R\$ 600 milhões pelo governo federal e em outros R\$ 600 milhões por meio de emendas parlamentares da Comissão de Educação da Câmara.

“Em função de negociações com a Economia, a Casa Civil e o Congresso, houve uma proposta de mais R\$ 600 milhões a serem adicionados a esse orçamento, que serão oficializados, segundo informação que recebi, agora nesse início de novembro. Isso deve ser enviado aqui ao Congresso”, afirmou o presidente da **Capes**.

CNPq

O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo, que também participou da audiência pública, disse que, para 2020, a proposta de lei orçamentária que tramita no Congresso prevê R\$ 1 bilhão para bolsas, aumento de 28% em relação à dotação de 2019.

No entanto, a verba de fomento às atividades de pesquisa caiu 87%, de R\$ 127 milhões este ano para R\$ 16,58 milhões no ano que vem.

“O grande problema está no fomento em que os recursos estão bem abaixo do que o CNPq teria necessidade”, afirmou Azevedo.

De acordo com o presidente do CNPq, cálculo feito pela agência aponta a necessidade de um orçamento de R\$ 1,47 bilhão para contemplar as despesas previstas para 2020.

A **Capes**, vinculada ao Ministério da Educação, e o CNPq, subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. No entanto, têm naturezas diferentes.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa feitos em instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capes** não apenas custeia bolsas de pós-graduação, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.

topo 

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

**Capes diz que pagamento de bolsas está garantido este ano
Do orçamento deste ano de R\$ 4,25 bilhões, R\$ 549 milhões ainda estão contingenciados**

O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Ribeiro Correia**, reiterou hoje (31) que o pagamento dos bolsistas da agência está garantido este ano.

“A premissa para este ano é que nenhum bolsista ativo seja prejudicado”, afirmou Correia, em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Segundo Correia, do orçamento deste ano da **Capes**, de R\$ 4,25 bilhões, R\$ 549

milhões ainda estão contingenciados (bloqueados). Ele informou que há uma possibilidade de novo descontingenciamento ainda em 2019.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2020 enviado ao Congresso Nacional prevê orçamento de R\$ 2,48 bilhões para a **Capes**. Correia destacou, no entanto, que o orçamento para o ano que vem ainda está em negociação e pode ser ampliado em R\$ 600 milhões pelo governo federal e em outros R\$ 600 milhões por meio de emendas parlamentares da Comissão de Educação da Câmara.

“Em função de negociações com a Economia, a Casa Civil e o Congresso, houve uma proposta de mais R\$ 600 milhões a serem adicionados a esse orçamento, que serão oficializados, segundo informação que recebi, agora nesse início de novembro. Isso deve ser enviado aqui ao Congresso”, afirmou o presidente da **Capes**.

CNPq

O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo, que também participou da audiência pública, disse que, para 2020, a proposta de lei orçamentária que tramita no Congresso prevê R\$ 1 bilhão para bolsas, aumento de 28% em relação à dotação de 2019.

No entanto, a verba de fomento às atividades de pesquisa caiu 87%, de R\$ 127 milhões este ano para R\$ 16,58 milhões no ano que vem.

“O grande problema está no fomento em que os recursos estão bem abaixo do que o CNPq teria necessidade”, afirmou Azevedo.

De acordo com o presidente do CNPq, cálculo feito pela agência aponta a necessidade de um orçamento de R\$ 1,47 bilhão para contemplar as despesas previstas para 2020.

A **Capes**, vinculada ao Ministério da Educação, e o CNPq, subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. No entanto, têm naturezas diferentes.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa feitos em instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capes** não apenas custeia bolsas de pós-graduação, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Capex diz que pagamento de bolsas está garantido este ano

Do orçamento deste ano da Capes, de R\$ 4,25 bilhões, R\$ 549 milhões ainda estão contingenciados pelo governo

O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capex), **Anderson Ribeiro Correia**, reiterou hoje (31) que o pagamento dos bolsistas da agência está garantido este ano.

“A premissa para este ano é que nenhum bolsista ativo seja prejudicado”, afirmou Correia, em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Segundo Correia, do orçamento deste ano da **Capes**, de R\$ 4,25 bilhões, R\$ 549 milhões ainda estão contingenciados (bloqueados). Ele informou que há uma possibilidade de novo descontingenciamento ainda em 2019.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2020 enviado ao Congresso Nacional prevê orçamento de R\$ 2,48 bilhões para a **Capes**. Correia destacou, no entanto, que o orçamento para o ano que vem ainda está em negociação e pode ser ampliado em R\$ 600 milhões pelo governo federal e em outros R\$ 600 milhões por meio de emendas parlamentares da Comissão de Educação da Câmara.

“Em função de negociações com a Economia, a Casa Civil e o Congresso, houve uma proposta de mais R\$ 600 milhões a serem adicionados a esse orçamento, que serão oficializados, segundo informação que recebi, agora nesse início de novembro. Isso deve ser enviado aqui ao Congresso”, afirmou o presidente da **Capes**.

CNPq

O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo, que também participou da audiência pública, disse que, para 2020, a proposta de lei orçamentária que tramita no Congresso prevê R\$ 1 bilhão para bolsas, aumento de 28% em relação à dotação de 2019.

No entanto, a verba de fomento às atividades de pesquisa caiu 87%, de R\$ 127 milhões este ano para R\$ 16,58 milhões no ano que vem.

“O grande problema está no fomento em que os recursos estão bem abaixo do que o CNPq teria necessidade”, afirmou Azevedo.

De acordo com o presidente do CNPq, cálculo feito pela agência aponta a necessidade de um orçamento de R\$ 1,47 bilhão para contemplar as despesas previstas para 2020.

A **Capes**, vinculada ao Ministério da Educação, e o CNPq, subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. No entanto, têm naturezas diferentes.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa feitos em instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capes** não apenas custeia bolsas de pós-graduação, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Capex diz que pagamento de bolsas está garantido este ano

O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, **Anderson Ribeiro Correia**, reiterou hoje (31) que o pagamento dos bolsistas da agência está garantido este ano.

PUBLICIDADE

“A premissa para este ano é que nenhum bolsista ativo seja prejudicado”, afirmou

Correia, em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados.

O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, **Anderson Correia**, concede entrevista coletiva.

Segundo Correia, do orçamento deste ano da **Capes**, de R\$ 4,25 bilhões, R\$ 549 milhões ainda estão contingenciados (bloqueados). Ele informou que há uma possibilidade de novo descontingenciamento ainda em 2019.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2020 enviado ao Congresso Nacional prevê orçamento de R\$ 2,48 bilhões para a **Capes**. Correia destacou, no entanto, que o orçamento para o ano que vem ainda está em negociação e pode ser ampliado em R\$ 600 milhões pelo governo federal e em outros R\$ 600 milhões por meio de emendas parlamentares da Comissão de Educação da Câmara.

“Em função de negociações com a Economia, a Casa Civil e o Congresso, houve uma proposta de mais R\$ 600 milhões a serem adicionados a esse orçamento, que serão oficializados, segundo informação que recebi, agora nesse início de novembro. Isso deve ser enviado aqui ao Congresso”, afirmou o presidente da **Capes**.

CNPq

O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo, que também participou da audiência pública, disse que, para 2020, a proposta de lei orçamentária que tramita no Congresso prevê R\$ 1 bilhão para bolsas, aumento de 28% em relação à dotação de 2019.

O novo presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo.

O presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo – Arquivo/Agência Brasil
No entanto, a verba de fomento às atividades de pesquisa caiu 87%, de R\$ 127 milhões este ano para R\$ 16,58 milhões no ano que vem.

“O grande problema está no fomento em que os recursos estão bem abaixo do que o CNPq teria necessidade”, afirmou Azevedo.

De acordo com o presidente do CNPq, cálculo feito pela agência aponta a necessidade de um orçamento de R\$ 1,47 bilhão para contemplar as despesas previstas para 2020.

A **Capes**, vinculada ao Ministério da Educação, e o CNPq, subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. No entanto, têm naturezas diferentes.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa feitos em instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capes** não apenas custeia bolsas de pós-graduação, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capex reitera que pagamento de bolsas está garantido este ano

O presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, **Anderson Ribeiro Correia**, reiterou hoje (31) que o pagamento dos bolsistas da agência está garantido este ano.

"A premissa para este ano é que nenhum bolsista ativo seja prejudicado", afirmou Correia, em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados.

O presidente da **Capex**, **Anderson Correia** - Arquivo/Agência Brasil Segundo Correia, do orçamento deste ano da **Capex**, de R\$ 4,25 bilhões, R\$ 549 milhões ainda estão contingenciados (bloqueados). Ele informou que há uma possibilidade de novo descontingenciamento ainda em 2019.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2020 enviado ao Congresso Nacional prevê orçamento de R\$ 2,48 bilhões para a **Capex**. Correia destacou, no entanto, que o orçamento para o ano que vem ainda está em negociação e pode ser ampliado em R\$ 600 milhões pelo governo federal e em outros R\$ 600 milhões por meio de emendas parlamentares da Comissão de Educação da Câmara.

"Em função de negociações com a Economia, a Casa Civil e o Congresso, houve uma proposta de mais R\$ 600 milhões a serem adicionados a esse orçamento, que serão oficializados, segundo informação que recebi, agora nesse início de novembro. Isso deve ser enviado aqui ao Congresso", afirmou o presidente da **Capex**.

CNPq

O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo, que também participou da audiência pública, disse que, para 2020, a proposta de lei orçamentária que tramita no Congresso prevê R\$ 1 bilhão para bolsas, aumento de 28% em relação à dotação de 2019.

No entanto, a verba de fomento às atividades de pesquisa caiu 87%, de R\$ 127 milhões este ano para R\$ 16,58 milhões no ano que vem.

"O grande problema está no fomento em que os recursos estão bem abaixo do que o CNPq teria necessidade", afirmou Azevedo.

De acordo com o presidente do CNPq, cálculo feito pela agência aponta a necessidade de um orçamento de R\$ 1,47 bilhão para contemplar as despesas previstas para 2020.

A **Capex**, vinculada ao Ministério da Educação, e o CNPq, subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, são responsáveis pelo fomento à atividade científica no país. No entanto, têm naturezas diferentes.

O CNPq custeia não somente bolsas, mas projetos de pesquisa feitos em instituições de ensino superior e centros de investigação. Já a **Capex** não apenas custeia bolsas de pós-graduação, mas também é responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação do país e periódicos, além de atuar com ações de formação de professores da educação básica.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Três meses após apresentação do Future-se, apenas 15 instituições manifestaram interesse

Ao todo, sob a administração federal, o Brasil tem 63 universidades e 38 institutos
BRASÍLIA — Mais de três meses após a apresentação da primeira versão do programa Future-se, que pretende impulsionar a captação de recursos privados para as instituições federais de ensino, somente 15 delas manifestaram interesse em aderir à iniciativa do Ministério da Educação (MEC). O Brasil tem 63 universidades federais e 38 institutos federais.

O número foi revelado pelo diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (Difes), Wagner de Souza, durante audiência pública sobre o tema nesta quinta-feira, no Senado. A expectativa é que a pasta abra a consulta pública sobre o Future-se na próxima semana e finalize em novembro o texto da proposta para encaminhar ao legislativo.

Após ser questionado pelos presentes na audiência, Souza afirmou que o número ainda é preliminar, já que o projeto ainda está sendo formulado. O MEC apresentou a primeira versão do Future-se em julho e, em outubro, após o que chamou de "pré-consulta" pública, formulou um segundo texto modificando pontos sensíveis do programa.

As alterações tentaram atenuar cláusulas que, segundo as instituições, feriam a autonomia universitária, prevista na Constituição. Apesar das modificações, a avaliação das entidades representativas é de que o Future-se permanece com muitos problemas. Pelo menos 20 universidades federais se posicionaram contra o programa após a divulgação da primeira versão do texto.

— O Future-se vai ser debatido no Senado e só então é que os conselhos poderão analisar e se manifestar favorável ou contrário (ao programa). Essas manifestações ainda são muito prematuras, porque o texto que está posto ainda será modificado. Estamos num momento importante de debate — afirmou Souza, que não quis detalhar quais instituições teriam manifestado interesse no programa.

Durante a audiência pública, representantes de entidades ligadas à área da educação voltaram a criticar a proposta do MEC e questionaram quais indicadores serão incluídos no texto para avaliação das universidades que aderirem ao programa.

Neste mês, uma prévia da segunda versão do Future-se trazia como requisito que as instituições que aderissem ao programa reduzissem necessariamente seus gastos com pessoal. Conforme o GLOBO mostrou, a cláusula foi retirada antes de ser apresentada formalmente à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Federais de Ensino Superior (Andifes)

— Há um artigo na proposta que diz que os indicadores de desempenho serão estabelecidos por ato do MEC, isso é uma preocupação enorme, porque fere de morte a autonomia universitária — criticou o vice-presidente da Andifes, Edward Madureira Brasil. — Não há dificuldade por parte da Andifes de discutir formas de aprimorar a gestão, mas não através de um mecanismo que faz uma mudança tão profunda.

Em relação à seleção de indicadores para avaliar as universidades que aderirem ao

programa, o representante do MEC afirmou que os requisitos serão estabelecidos em conjunto com as universidades:

— Falou-se aqui sobre permanência de estudantes, bolsas de capacitação e formação de professores. Esses podem ser três indicadores para colocar (na avaliação) das universidades. Os indicadores serão construídos nessa linha para que possamos dar retorno à sociedade e transparência.

Tramitação longa

O senador Jean Paul Prates (PT-RN), que presidiu a audiência pública, opinou que a tramitação do projeto Future-se na Casa não será fácil. Segundo ele, o governo precisa adotar uma postura mais respeitosa em relação à questão para não travar a discussão do tema no Senado.

— A tramitação vai ser como a Reforma da Previdência ou pior. Acho que vai sofrer várias alterações. O governo tem o direito de governar, o que ele não tem o direito de fazer é usar chantagem, galhofa, desrespeitar os reitores, gestores e o corpo acadêmico brasileiro. Quando faz uma proposta tem que defendê-la e não atacar quem está exercendo sua função como se todos os eventuais defeitos do setor fossem maiores que as virtudes, e as pessoas todas fossem ineptas e incompetentes. Se for para esse lado, teremos um potencial explosivo muito grande nesse Future-se, e ele pode virar "exploda-se".

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC promete Enem neutro após polêmica

Atendendo ao pedido do presidente Jair Bolsonaro, o Inep, órgão responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), promete que a prova deste ano será "neutra" e vai trazer apenas questões que "não tirem o foco do conteúdo escolar". Para professores de cursinhos e técnicos do órgão, a expectativa é a de que o exame traga questões que se distanciem de uma interpretação política ou que abordem minorias, mas temem interferência ou uma mudança no estilo da proposta de Redação.

A preocupação se deve ao fato de que a definição da proposta de Redação é mais rápida e segue um protocolo mais simples do que a elaboração e seleção das 180 questões. O tema é escolhido em consenso por especialistas selecionados pelo Inep em um processo que começa cinco a seis meses antes do exame, quando os assuntos são analisados. A decisão final é tomada em maio e junho.

O primeiro Enem sob a gestão Bolsonaro começa no domingo. Mais de 5 milhões de pessoas estão inscritas e devem realizar o 1.º dia de prova, com 90 questões de Linguagens, Ciências Humanas e a Redação. Presidente do Inep, Alexandre Lopes disse ter recebido do ministro da Educação, Abraham Weintraub, a recomendação de entregar um exame "equilibrado". "No ano passado, uma questão gerou polêmica e tirou o foco do que importava." Após a realização do Enem de 2018, dias após ganhar a eleição, Bolsonaro criticou a questão que mencionava um dialeto usado por gays e travestis.

Lopes garantiu que o presidente e o ministro não tiveram acesso prévio à prova e também que a determinação do presidente será seguida. "[OS ESTUDANTE]Não vão fazer uma prova de direitos humanos, mas uma que percorre os conteúdos escolares que devem ser cobrados. Se a questão envolve direitos humanos, entrará desde que bem

formulada e não tire o foco do conteúdo. A contextualização é livre, mas não se pode errar a mão. Afinal, a gente quer avaliar o conhecimento do aluno ou discutir temas sensíveis?".

O jornal O Estado de S. Paulo apurou que uma comissão, criada em março, identificou questões com "abordagem controversa e teor ofensivo a determinados grupos sociais" e recomendou que não fossem usadas. Marcus Vinicius Rodrigues, que era presidente do Inep na época em que a comissão foi instituída e fez a varredura nas questões do Banco Nacional de Itens (BNI), diz que a equipe encontrou conteúdos que poderiam ser ofensivos. "Não só dentro do assunto de gênero, mas questões que poderiam ser ofensivas para nordestinos, por exemplo."

Nos cursinhos. Já os professores apostam na ausência de temas controversos de direitos humanos. Assim, assuntos considerados secundários, como identidade nacional, também passaram a ser trabalhados com os alunos.

A estudante Marina Moreira, de 20 anos, está no 2.º ano de cursinho e afirma ter percebido a mudança nos temas abordados pelos professores. "Nunca tinha debatido sobre importância do Hino, de uma nação nacionalista. Neste ano, tivemos uma tarde só para esses assuntos", contou Marina, que pretende cursar História.

Para a coordenadora de Redação do Curso Poliedro, Gabriela Carvalho, a tendência é que o tema deste ano seja "chapa-branca", como na edição de 2017 sobre os desafios da formação educacional de surdos, durante o governo Michel Temer (MDB).

O coordenador de Linguagens do Anglo, Sérgio Paganim, afirma que o Enem sempre esteve alinhado a uma prerrogativa do próprio exame, não de um governo específico. Ele argumenta que a proposta da Redação precisa ser polêmica, pois esta é a natureza da dissertação. Neste ano, diz ele, "a preparação envolve um repertório mais amplo".

Segundo Thiago Braga, professor e autor de Português do Sistema de Ensino pH, "existe uma preocupação do Inep em não trazer um tema que afete a ideologia do governo vigente", afirmou. Braga orienta que os estudantes não excluam temas, apenas ampliem. Como exemplo, o professor cita preocupação moral da família, identidade nacional e controle parental na internet. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

Estudante deve encarar um Enem sem polêmicas

Os cerca de 5,1 milhões de estudantes que no próximo domingo farão a prova do Enem, podem se preparar para um exame sem nenhum tema polêmico

Marcelo Pavani, diretor do Curso Pré-Vestibular da Oficina do Estudante, acredita que, ao contrário do Enem passado, não haverá polêmicas

Ao contrário do ano passado, os cerca de 5,1 milhões de estudantes que no próximo domingo farão a prova do Enem 2019 em todo o País podem se preparar para um exame sem nenhum tema que possa ser classificado como polêmico. Para o professor Marcelo Pavani, diretor do Curso Pré-Vestibular da Oficina do Estudante, "a única certeza que temos sobre a edição 2019 do Enem é que temas polêmicos não devem aparecer", aposta ele.

O professor Pavani lembra que questões como a do ano passado, que tratou do dialeto

de transexuais e gays e que acabou deflagrando uma onda de protesto do público conservador, devem desaparecer. Na sua avaliação, o caráter mais tradicional da prova, “está perfeitamente alinhado com a diretriz ideológica do atual governo”, afirma. Para Pavani, o candidato deve dominar os chamados temas clássicos.

Ele faz alguns alertas aos estudantes. Diz que não é interessante que se mude a rotina nesta reta final para o exame. “As horas de estudo com as quais os estudantes estão acostumados devem ser mantidas”, adverte ele. O professor lembra ainda que é preciso manter uma alimentação balanceada, sem excessos e comidas a que o aluno não esteja acostumado, um padrão de sono adequado (8h de sono é o recomendado para a maioria das pessoas).

Veja abaixo, as principais dicas do professor Pavani sobre a prova de domingo. Correio Popular - O aluno deve se preparar para questões polêmicas ou a expectativa é que esse tipo de abordagem seja preterida da prova deste ano?

Marcelo Pavani - A única certeza que temos sobre a edição 2019 do Enem é que temas polêmicos não devem aparecer. Essa tem sido a orientação explícita do MEC (Ministério da Educação) e do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), e é bastante provável que seja essa a diretriz seguida na elaboração da Prova.

Qual sua avaliação sobre a intenção do Ministério da Educação evitar as chamadas questões polêmicas?

Essa intenção está perfeitamente alinhada com a diretriz ideológica do atual governo. Dessa forma, não parece estranho, mas bastante coerente, que a prova evite questões polêmicas. É preciso que o aluno se concentre em temas clássicos, que devem aparecer tanto nas questões como na redação.

O senhor poderia lembrar quais as questões — ou os temas — obrigatórios e que o estudante deve dominar?

O Enem desse ano deve ser caracterizado por abordar temas clássicos. Dessa maneira, os assuntos que têm maior incidência nos vestibulares tradicionais devem aparecer com mais frequência na prova desse ano.

Como deve ser a rotina do estudante a partir de agora? Dar uma lida geral nos conteúdos ou se concentrar nos pontos considerados mais críticos?

A rotina não deve mudar. As horas de estudo com as quais os estudantes estão acostumados devem ser mantidas. Se o cansaço não for extremo, e o estudante sentir que há espaço para acelerar, ele deve estudar mais horas, mas sempre lembrando que o resultado que ele terá vem do trabalho acumulado ao longo dos anos, e não daquilo que ocorrerá na véspera da prova. É interessante se concentrar naqueles assuntos em que o domínio do aluno é mediano. Neles, a possibilidade de ganho expressivo de desempenho em menor tempo é maior.

Há alguma dica importante que o estudante precisa ficar atento no momento da prova. Há uma série de restrições quanto ao uso de celular, por exemplo.

A coisa mais importante é atentar para alimentação, sono e relógio. Manter uma alimentação balanceada, sem excessos e comidas a que o aluno não esteja acostumado, um padrão de sono adequado (8h de sono é o recomendado para a maioria das pessoas) e ficar atento ao tempo de deslocamento até o local de prova, bem como para o meio de locomoção até lá, planejar com antecedência os deslocamentos, isso é fundamental para chegar à prova com tempo suficiente para respirar, relaxar e ter o melhor resultado possível.

SAIBA MAIS

VEJA OS TEMAS DE REDAÇÃO DOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Enem 2009: O indivíduo frente à ética nacional

Enem 2010: O trabalho na construção da dignidade humana

Enem 2011: Viver em rede no século XXI: Os limites entre o público e o privado

Enem 2012: O movimento migratório para o Brasil no século XXI

Enem 2013: Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil

Enem 2014: Publicidade infantil em questão no Brasil

Enem 2015: A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira

Enem 2016: Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil e Caminhos para combater o racismo no Brasil - Neste ano houve duas aplicações do exame.

Enem 2017: Desafios para formação educacional de surdos no Brasil

Enem 2018: Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet

Só inscritos têm acesso aos locais de prova

Os candidatos não devem mudar os hábitos às vésperas do exame

Por medida de segurança, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) não divulga os locais de prova do Enem. Para saber para onde deve se deslocar no dia da prova, o candidato deve entrar na página oficial do Inep na internet (<http://enem.inep.gov.br>) e acessar a página do participante.

Segundo informações do órgão, o aluno consegue saber o local de sua prova usando os dados fornecidos quando da inscrição. Para acessar o documento é necessário digitar o CPF e a senha cadastrada durante a inscrição na Página do Participante.

As provas acontecem nos dias 3 e 10 de novembro, dois domingos consecutivos, em 1.727 municípios. Para esta edição, cerca de 5,1 milhões de inscrições foram confirmadas. Os portões vão abrir ao meio-dia, pelo horário oficial de Brasília, e serão fechados às 13h. Lembrando que neste ano não há Horário de Verão.

O Inep lembra que o Cartão de Confirmação é o documento que confirma a inscrição de cada candidato no Enem, e traz os detalhes sobre o local de provas. Além do nome da rua e número do edifício, o cartão também informa, por exemplo, o número da sala em que cada estudante fará o exame.

“O Exame Nacional do Ensino Médio é muito importante para o jovem. É a prova mais esperada do ano para os estudantes, quando eles definem o rumo da vida adulta, vai ser a porta de entrada na universidade. Então, nosso maior desafio é garantir que a prova seja aplicada com tranquilidade, possa dar esse empurrão na vida do aluno”, disse o presidente do Inep, Alexandre Lopes.

A nota do Enem é utilizada para a entrada em universidades privadas e públicas e para a obtenção de financiamentos por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e do Programa Universidade para Todos (Prouni).

O presidente do Inep abordou também a segurança do exame e as novidades para 2020. “As provas já estão distribuídas, estamos preparados para o Enem 2019. E para o futuro, a gente quer continuar, partindo para o Enem Digital”, garantiu.

Redações de nota máxima têm pontos comuns

Redações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que tiraram a nota máxima têm pelo menos seis pontos em comum: demonstram domínio da modalidade escrita formal, respeitam os direitos humanos, têm proposta de intervenção para o problema apresentado no tema, têm repertório sociocultural, atendem ao tipo textual dissertativo-argumentativo e apresentam as características textuais fundamentais, como coesão e coerência.

Esses foram os aspectos destacados por especialistas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que comentaram sete redações que

tiraram a nota mil no Enem 2018. O tema do ano passado foi Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

As redações nota mil e os comentários dos especialistas estão na “Cartilha do Participante”, disponível no site do Inep. A prova de redação do Enem 2019 será aplicada neste domingo para cerca de 5,1 milhões de candidatos inscritos no exame. Além da redação, eles farão as provas de ciências humanas e linguagens. As demais disciplinas serão aplicadas no próximo dia 10.

A cartilha traz também exemplos de trechos que fizeram com que os participantes zerassem as competências analisadas pelos corretores. Cada uma das cinco competências vale 200 pontos.

Um dos quesitos é respeito aos direitos humanos. De acordo com o Inep, são consideradas desrespeito aos direitos humanos propostas que incitam as pessoas à violência. No ano passado, zeraram essa competência os textos que incitavam tortura e cárcere privado a pessoas que faziam o uso do controle de dados para a manipulação, que promoviam censura e vigilância em massa, que impediam a liberdade de acesso à informação e comunicação de qualquer pessoa ou grupo e que negavam direitos humanos a qualquer pessoa.

Algumas dicas, de acordo com a cartilha, são importantes para ir bem na prova. O Inep aconselha: "Procure escrever sua redação com letra legível, para evitar dúvidas no momento da avaliação. Redação com letra ilegível poderá não ser avaliada".

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Comissão discute orçamento para concessão de bolsas de pesquisa

A Comissão Mista de Orçamento realiza audiência pública hoje para debater a proposta de orçamento para concessão de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que pediu o debate, destacou que estas instituições são as principais financiadoras de pesquisas do Brasil e as mudanças anunciadas nos critérios para a concessão das bolsas "acarretarão a um conjunto de entidades, instituições e seus pesquisadores prejuízos no desenvolvimento da pesquisa, da ciência e tecnologia".

"Conforme atribuição desta comissão de examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, faz se relevante tratar desse tema, que tem preocupado estudantes e professores em todo País", justificou.

Foram convidados:

- o presidente da **Capes, Anderson Ribeiro Correia;**
- o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo;
- a presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), Flávia Calé;
- o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira;
- o diretor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, André Biancareli.

A audiência está marcada para as 10 horas, no plenário 2.

topo ↕

MIDIAMAX - TEMPO REAL

Fundect abre seleção para cargo de diretor-presidente que atuará na gestão 2020/2022

Interessados tem até 20 de novembro para realizar inscrição

A Fundect (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul) publicou no Diário Oficial do Estado desta quinta-feira (31) a seleção pública de candidatos para preenchimento do cargo de Diretor-Presidente da Fundação para mandato referente a 2020-2022.

Os requisitos básicos para exercer o cargo são: ser brasileiro nato ou naturalizado; ter título de doutor em curso reconhecido pela **CAPES**; ter currículo cadastrado na plataforma Lattes; e não ter sido condenado, por sentença transitada em julgado, em processo cível ou criminal nos últimos cinco anos.

A inscrição precisa ser protocolada na Procuradoria Jurídica da Fundect até às 17h do dia 20 de novembro. A divulgação do resultado das propostas aprovadas estará disponível no portal da Fundação de 10 a 31 de dezembro.

A chamada completa está disponível no Diário Oficial do Estado desta quinta-feira (31), a partir da página 33.

topo ↕

RONDONÓTIAS - RO - GERAL

Inscrições para o Mestrado em Direitos Humanos podem ser feitas até o dia 13

Encerram no dia 13 de novembro as inscrições para o primeiro Mestrado em Direito oferecido pela Unesc em Rondônia. O curso de Pós-Graduação Stricto Sensu é fruto de uma parceria entre a Unesc e a Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul. A parceria foi consolidada pela Unesc, uma vez que a Unijuí possui programas de Pós-graduação com cursos de Mestrado e Doutorado recomendados pela **Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, com conceito 4, o que faz dos programas oferecidos pela Unijuí um espaço reconhecido e já consolidado de formação de profissionais.

O Mestrado que será oferecido na unidade da Unesc em Cacoal tem duração de 24 meses e divide-se em duas linhas de pesquisa: “Fundamentos e Concretização dos Direitos Humanos” e “Democracia, Direitos Humanos e Desenvolvimento”.

Ressaltando que o início das aulas está previsto já para o mês de março de 2020. As aulas serão ministradas em encontros mensais, de quinta-feira à sábado, em período integral.

As inscrições para o Mestrado em Direito podem ser feitas na página da Unijuí, diretamente no endereço <https://www.unijui.edu.br/estude/mestrado-e-doutorado/direitos-humanos>. Todas as informações sobre o Minter – Mestrado Interinstitucional também estão disponíveis no site.

Minter Direitos Humanos – Unesc/Unijuí

O Programa tem como objetivo a geração e a consolidação da pesquisa e da produção científica, por meio da formação de pesquisadores, de docentes e de outros profissionais qualificados para atuação na área do Direito e afins, tendo como referência metodológica a interdisciplinaridade e como temática fundamental a questão do reconhecimento, institucionalização e proteção dos Direitos Humanos. Além disso, o

Programa pretende intervir na realidade, por meio da reflexão crítica e da busca de alternativas que possam contribuir para a maior consciência da centralidade dos direitos humanos, para as sociedades democráticas e para sua maior eficácia no interior dos Estados e na sociedade internacional.

Disciplinas

Ao longo dos 24 meses de duração do Mestrado Interinstitucional em Direitos Humanos, os estudantes terão acesso a inúmeras disciplinas, entre elas o Estado de Direito e Garantias Fundamentais; Teoria Crítica dos Direitos Humanos; Desenvolvimento Humano; Transformações Sociais e Resiliência do Direito; Direitos Humanos, Violência e Controle Social; Estado, Sociedade Civil e Cidadania no Brasil; Biopolítica e Direitos Humanos; Sociedade da Informação, Educação em Direitos Humanos e Cidadania; Socioambientalismo, Sustentabilidade e Bem Viver; Teorias da Justiça e Desenvolvimento; Direito à Cidade, Desigualdades Sociais e Direitos Humanos; Direito Internacional dos Direitos Humanos, entre outras.

topo ↕

VIA ALAGOAS - TEMPO REAL

Comissão discute orçamento para concessão de bolsas de pesquisa

A Comissão Mista de Orçamento realiza audiência pública nesta quinta-feira (31) para debater a proposta de orçamento para concessão de bolsas do CNPq e Capes.

A Comissão Mista de Orçamento realiza audiência pública nesta quinta-feira (31) para debater a proposta de orçamento para concessão de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que pediu o debate, destacou que estas instituições são as principais financiadoras de pesquisas do Brasil e as mudanças anunciadas nos critérios para a concessão das bolsas "acarretarão a um conjunto de entidades, instituições e seus pesquisadores prejuízos no desenvolvimento da pesquisa, da ciência e tecnologia".

“Conforme atribuição desta comissão de examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, faz se relevante tratar desse tema, que tem preocupado estudantes e professores em todo País”, justificou.

Foram convidados: o presidente da **Capes, Anderson Ribeiro Correia**; o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo; a presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), Flávia Calé; o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira; o diretor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, André Biancarelli.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Enem : metade dos participantes faz prova pela primeira vez

Em 2017, taxa era de 16%. Mudanças implementadas pelo Inep motivaram a adesão de candidatos estreados

Quase a metade dos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano vai fazer a prova pela primeira vez, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgados nesta quinta-feira (31/10/2019).

Dos 5,1 milhões de participantes do Enem deste ano, 2,4 milhões testam o conhecimento pela primeira vez no processo seletivo, o que representa 47% dos inscritos. A taxa é a maior, pelo menos, desde 2014, segundo o Ministério da Educação (MEC).

O número representa uma tendência que passou a ser registrada a partir de 2018, quando 1,8 milhão de inscritos, ou seja, 33% dos participantes, nunca havia participado do Enem. Um anos antes, por exemplo, a taxa foi de 16%.

“Entre os fatos que podem explicar o aumento de participantes no seu primeiro Enem, tanto em quantidade quanto em percentual, estão as mudanças implementadas em 2017 para concessão de isenção do pagamento da taxa de inscrição”, explica o Inep.

Desde 2018, os participantes precisam justificar a ausência na edição anterior para estarem aptos a pedir nova isenção em 2019. Neste ano, por exemplo, pouco mais de 1 milhão de inscritos (1.024.907) prestará o Enem pelo terceiro ano consecutivo.

Provas

O Enem 2019 será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro. O Inep orienta que todos os participantes cheguem ao local de provas no dia do exame com antecedência. Os portões abrirão às 12h, pelo horário oficial de Brasília, e serão fechados às 13h.

É recomendável ainda que os participantes levem o Cartão de Confirmação da Inscrição nos dois dias de aplicação do exame.

[topo](#)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - NOTÍCIAS

Catálogo de Escolas apresenta dados sobre instituições de ensino Lista inclui 226 mil escolas, com mais de 50 milhões de alunos e profissionais da educação

Informações importantes sobre a educação básica brasileira podem ser encontradas no Catálogo de Escolas, recém lançado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), em sua página na internet. É um recurso de pesquisa de endereçamento, localização e oferta educacional das escolas brasileiras que participaram da última edição do Censo Escolar, coletado em 2018. A consulta pode ser feita a partir de recortes de interesse do usuário ou diretamente para uma escola.

As opções da plataforma possibilitam consolidar dados por estado, município, por etapas de ensino ofertadas e porte da escola; saber se o estabelecimento é estadual, municipal, federal ou privado, além de outros conjuntos de informações. Os resultados da pesquisa podem ser destacados do catálogo e exportados.

Importância – O diretor de Estatísticas Educacionais do Inep, Carlos Moreno, ressaltou a importância da nova plataforma de pesquisas. “O catálogo é mais um instrumento ofertado à sociedade, o que fortalece a transparência das pesquisas estatísticas realizadas e provê um serviço relevante para a sociedade”, disse.

Carlos Moreno explicou também que o serviço “disponibiliza informações de interesse dos usuários a respeito dos estabelecimentos de educação formal, que pode ser

consultado, em formato eletrônico, no portal do Inep, e favorece a integração com outros sistemas de informação já disponibilizados pelo instituto”.

Estão listadas na plataforma cerca de 226 mil escolas, com um público de mais de 50 milhões de pessoas – alunos e profissionais da educação. Entre os recortes oferecidos pelo catálogo, está ainda a condição do estabelecimento – se em funcionamento ou paralisado na data de referência da pesquisa. Como a plataforma é atualizada com as informações da última edição disponível do Censo Escolar, os dados apresentados no catálogo são sempre da última quarta-feira do mês de maio de cada ano. As informações do portal são referentes a 2018.

Público – O objetivo do catálogo é suprir as necessidades de informação de pesquisadores, gestores educacionais das redes pública e privada, organizações da sociedade civil, imprensa, estudantes e seus familiares. A plataforma foi desenvolvida pela equipe da Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep, responsável por coletar e organizar as informações que são fornecidas ao Censo Escolar por cada instituição de ensino do país.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Quase metade dos participantes do Enem 2019 fará a prova pela primeira vez

Quase a metade dos participantes do Enem 2019 fará a prova pela primeira vez, informou o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Dos 5,1 milhões de participantes desta edição, 2,4 milhões não fizeram a prova antes, o que representa 47% dos inscritos. Os exames serão realizados nos dias 3 e 10 de novembro.

Segundo o Inep, o aumento no número de inscritos pela primeira vez tem sido uma tendência registrada desde o ano passado, quando 1,8 milhão de inscritos, ou seja, 33% dos participantes, nunca havia participado do Enem. O órgão atribui o fenômeno às mudanças implementadas em 2017 para concessão de isenção no pagamento da taxa de inscrição.

"2018 foi o primeiro ano em que os participantes precisaram justificar a ausência na edição anterior para estarem aptos a pedir nova isenção em 2019. Neste ano, pouco mais de 1 milhão de inscritos (1.024.907) prestará o Enem pelo terceiro ano consecutivo", diz o comunicado divulgado no site do Inep.

Enquanto o número de inscritos pela primeira vez no exame cresceu, o total de participantes caiu ao longo dos anos. Em 2018 foram 5,5 milhões de inscritos. Em 2014, ano com dados disponíveis no site, foram mais de 8,7 milhões de inscritos, dos quais 1,4 milhão participavam pela primeira vez da prova, o que corresponde a 16%.

O Enem 2019 será aplicado nos próximos dia 3 e 10 de novembro. Os participantes podem conferir seus locais de prova no Cartão de Confirmação da Inscrição, que está disponível na Página do Participante e no aplicativo do Enem, que pode ser baixado nas plataformas Apple Store e Google Play.

Além do local de prova, os estudantes podem conferir, no cartão, o número da sala onde farão o exame; a opção de língua estrangeira feita durante a inscrição; e o tipo de atendimento específico e especializado com recursos de acessibilidade, caso tenham

sido solicitados e aprovados, entre outras informações. As provas serão aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro em 1.727 municípios brasileiros.

Declaração de comparecimento

Quem precisa comprovar presença no dia de prova do Enem deve imprimir a Declaração de Comparecimento personalizada, também disponível na Página do Participante. Para esses casos, de acordo com o Inep, é indispensável que a declaração seja impressa e entregue ao aplicador no dia do exame.

O instituto esclarece que não fornece comprovante de participação após o dia da prova. Para o primeiro dia do Enem, a declaração já está disponível. No dia 4 de novembro, dia seguinte ao primeiro domingo de aplicação do exame, o Inep disponibilizará a Declaração de Comparecimento do segundo domingo de provas, em 10 de novembro.

Recomendações

O Inep recomenda que os participantes imprimam o cartão de confirmação e, aqueles que precisam, imprimam a declaração de comparecimento e levem os dois para a aplicação do exame.

Uma vez sabendo o local de aplicação, a dica é que os participantes façam o trajeto de casa até o lugar, para avaliar a duração do trajeto no dia da prova. Isso para que os estudantes conheçam o percurso e saibam o tempo que vão gastar de casa até o local da prova.

No dia do Enem, a dica é chegar ao local com antecedência. Os portões abrirão às 12h, pelo horário oficial de Brasília, e serão fechados às 13h.

Devido a diferenças de fuso horário no país, o MEC (Ministério da Educação) divulgou a hora local de aplicação do Enem em diferentes regiões.

Quem já concluiu o ensino médio ou vai concluir este ano pode usar as notas do Enem para se inscrever no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferece vagas em instituições públicas de ensino superior.

Os estudantes podem ainda concorrer a bolsas de estudo pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e a financiamentos pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).